

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL

RAYANY MATHIAS DA SILVA

**GÊNERO, ESTUDO E TRABALHO: DILEMAS DA
MULHER CONTEMPORÂNEA**

VITÓRIA

2016

RAYANY MATHIAS DA SILVA

**GÊNERO, ESTUDO E TRABALHO: DILEMAS DA MULHER
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - Emescam, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva.

VITÓRIA
2016

Dados internacionais de Catalogação -na- Publicação (CIP)
Emescam – Biblioteca Central

S586g Silva, Rayany Mathias da.
Gênero, estudo e trabalho: dilemas da mulher contemporânea. /
Rayany Mathias da Silva. - 2016.
116f.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória, Emescam, 2016.

1. Gênero. 2. Mulher e trabalho. 3. Serviço Social. I. Silva,
Angela Maria Caulyt Santos da Silva. II. Escola Superior de
Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Emescam. III.
Título.

CDU: 396.5

RAYANY MATHIAS DA SILVA

GÊNERO, ESTUDO E TRABALHO: DILEMAS DA MULHER CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 31 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Orientadora

Prof. Dr. Cesar Albenes de Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Soraya Gama de Ataíde Prescholdt
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, e a todas as pessoas que contribuíram para realização dessa dissertação. Minha gratidão a minha família e, em especial, aos meus pais Dulcineia Mathias e Valdivino Silva e às minhas irmãs Kely Mathias, Iorrane Mathias e aos amigos João Galdino, Maria Piotto, Adriana Demuner e Adriano Zulcom.

Meus agradecimentos à Diretoria da Emescam, ao corpo acadêmico e, em especial, à coordenação do mestrado sob a direção do professor Cesar Albenes, à minha grande orientadora e companheira Angela Caulyt, à professora Soraya Ataíde que me acompanhou em minha trajetória acadêmica desde a graduação e à minha amiga Marcélia (pomerana).

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) que, por meio do Governo do Estado do Espírito Santo, apoia projetos de pesquisas através de concessão de bolsas.

Aos servidores da Escola de Serviço Público (Esesp), em especial, à Diretoria da Escola capitaneada por Dângela Volkers e Sylvana Torres, à Gerência de capacitação conduzida com muito profissionalismo por Marcos Villas Boas com sua equipe técnica.

À Bernadete Albuquerque, pela normatização do trabalho e pela parceria.

À Denise Costa, Gabriel Lemos, José Carlos e Thayna Vervloet pela tradução do abstract.

Agradeço às mulheres, estudantes e trabalhadoras que compartilharam suas vivências e contribuíram imensamente com a realização dessa pesquisa.

Minha gratidão a todos por embarcarem comigo nesse desafio!

Aviso da Lua que menstrua

Moço, cuidado com ela!
Há que se ter cautela com esta gente que menstrua...
Imagine uma cachoeira às avessas:
cada ato que faz, o corpo confessa.
Cuidado, moço às vezes parece erva, parece hera
cuidado com essa gente que gera
essa gente que se metamorfoseia
metade legível, metade sereia.
Barriga cresce, explode humanidades
e ainda volta pro lugar que é o mesmo lugar
mas é outro lugar, aí é que está:
cada palavra dita, antes de dizer, homem, reflita..
Sua boca maldita não sabe que cada palavra é ingrediente
que vai cair no mesmo planeta panela.
Cuidado com cada letra que manda pra ela!
Tá acostumada a viver por dentro,
transforma fato em elemento a tudo refoga, ferve, frita
ainda sangra tudo no próximo mês.
Cuidado moço, quando cê pensa que escapou
é que chegou a sua vez!
Porque sou muito sua amiga é que tô falando na "vera"
conheço cada uma, além de ser uma delas.
Você que saiu da fresta dela delicada força quando voltar a ela.
Não vá sem ser convidado ou sem os devidos cortejos..
Às vezes pela ponte de um beijo
já se alcança a "cidade secreta" a Atlântida perdida.
Outras vezes várias metidas e mais se afasta dela.
Cuidado, moço, por você ter uma cobra entre as pernas
cai na condição de ser displicente diante da própria serpente
Ela é uma cobra de avental
Não despreze a meditação doméstica
É da poeira do cotidiano que a mulher extrai filosofando
cozinando, costurando e você chega com a mão no bolso
julgando a arte do almoço: Eca!...
Você que não sabe onde está sua cueca?
Ah, meu cão desejado tão preocupado em rosnar, ladrar e latir
então esquece de morder devagar, esquece de saber curtir, dividir.
E aí quando quer agredir chama de vaca e galinha.
São duas dignas vizinhas do mundo daqui!
O que você tem pra falar de vaca?
O que você tem eu vou dizer e não se queixe: VACA é sua mãe. De leite.
Vaca e galinha... ora, não ofende. Enaltece, elogia:
comparando rainha com rainha óvulo, ovo e leite
pensando que está agredindo que tá falando palavrão imundo.
Tá, não, homem. Tá citando o princípio do mundo!

Elisa Lucinda

RESUMO

De acordo com o Plano Nacional de Política para as Mulheres, 2013-2015, a falta de creches para as crianças de até três anos impacta no nível de ocupação das mães no mercado de trabalho. Apresentou-se a experiência de seis mães universitárias do curso de Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), na faixa etária de 20 a 40 anos de idade, que se afastaram da faculdade por licença-maternidade nos últimos quatro anos, retornando às suas atividades acadêmicas após esse período. Objetivou-se desvelar as experiências da mulher contemporânea no universo da maternidade, estudo e trabalho e, dentro dos objetivos específicos as vivências relacionadas à divisão do trabalho doméstico, descrevendo as experiências de mãe, estudante e trabalhadora como também analisar os impactos que a mulher de hoje enfrenta ao conciliar estas tarefas. Utilizou-se pesquisa qualitativa, empírica e bibliográfica e contou-se com os procedimentos ético-metodológicos mediante aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para a produção dos dados, no período de setembro a novembro de 2015. Foram empregadas as técnicas de entrevista semiestruturada e registros em diário de campo para, em seguida, abordar-se no tratamento dos dados, a técnica análise de conteúdo. Foram definidas cinco categorias de análises temáticas: Identificação do Perfil das Mães Universitárias, Gênero e Trabalho, Divisão Sexual do Trabalho Doméstico, Maternidade e Educação dos Filhos, Profissionalização. A pesquisa demonstrou, através dos depoimentos, as dificuldades em conciliar múltiplas tarefas e a insatisfação em não realizar todas de forma adequada, mas, que existe na fala das entrevistadas, determinação e força para realizar suas atividades. Pretendeu-se, com este estudo, contribuir para maior compreensão sobre a condição da mulher tanto no âmbito público e quanto no privado. Concluiu-se que apesar dos avanços significativos dos marcos legais dos direitos e das políticas públicas voltadas para as mulheres, não alcançamos a tão sonhada igualdade de gênero. A expansão feminina no mercado de trabalho ainda coexiste com baixos salários, comparados aos homens.

Palavras-Chave: Gênero; Mulher e Trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

According to the “Plano Nacional de Política para as Mulheres”, 2013 2015 the lack of day-care facilities for children up to three years old impact on the level of the others’ occupation in job market. It will be presented the experience of six mothers who take the Social Service Course at the “Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória” College (Emescam), within the age group of 20-40 years old, that have gone off school for their maternity benefits in the last four years, returning to their academic activities after this time. The investigation aimed to expose the experiences of the women in the universe of contemporary motherhood, both study and work. As for specific objectives, to study the experiences of women related to the contemporary division of housework, to describe about the experiences of a mother, student and employee of the contemporary woman, to analyze the impacts, that today’s woman faces to conciliate motherhood, study and impacts, that today's woman faces to conciliate motherhood, study and work. This is a qualitative, empirical and bibliographic research. We counted on the ethical methodology proceedings through the approval of the methodology research project by the Research Ethics Committee, “Comitê de Ética em Pesquisa”, (CEP) for production of data, in the period of September to November in 2015, using semi-structured interview techniques and records in daily field reports, and later on for data analysis, the technique of analysis contents. Five categories of thematic analysis were defined: identification of the College mothers’ profile, gender and job, sexual division of the housework, parenthood and children’s upbringing, professionalization. The quoted research shows through the speeches of the interviewed that, despite the difficulties in reconciling their usual multiple tasks and recognizing that they can't perform all their activities satisfactorily demonstrate determination and strength to carry out their activities. It is intended with this study, to contribute to greater understanding about the status of women both within public and private range. It is concluded that although the significant advances of the legal rights and public policies for women, unfortunately, we haven’t reached the so much dreamed gender equality. Even with the female market expansion we come across with the low wages compared to the men’s and performing various tasks.

Keywords: Gender. Woman and Work. Social Service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categoria 1.....	22
Tabela 2 – Categoria 2.....	22
Tabela 3 – Categoria 3.....	23
Tabela 4 – Categoria 4.....	23
Tabela 5 – Categoria 5.....	24
Tabela 6 – População ocupada por nível de instrução (pessoas) no Brasil	30
Tabela 7 – Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família	34
Tabela 8 – Total de mulheres com filhos de 0 a 3 anos de idade que frequentam creches e estão no mercado de trabalho no Brasil	36
Tabela 9 – Identificação de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES	71
Tabela 10 – Faixa etária de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES	72
Tabela 11 – Estado civil de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES	73
Tabela 12 – Quantitativo de filhos de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES	73
Tabela 13 – Solicitações de licença-maternidade no período de 2012 a 2015 na IES	75
Tabela 14 – Retorno das solicitações de licença-maternidade no período de 2012 a 2015 na IES	75

LISTA DE SIGLAS

ABT	Associação Brasileira de Telemarketing
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
DEAMs	Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DSS	Determinantes Sociais
Emescam	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LOS	Lei Orgânica de Saúde
MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TLCE	Termo de Livre Consentimento e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCEDIMENTOS ÉTICO-METODOLÓGICOS	16
2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	18
2.2 PROCEDIMENTOS ÉTICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2.3 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	20
3 MULHERES DO SÉCULO XXI: POLIVALENTES, MAS INVISÍVEIS NA SOCIEDADE DO CAPITAL	26
3.1 TRAJETÓRIA DE PRIVAÇÃO DE DIREITOS E POUCAS CONQUISTAS.....	26
3.2 CONCILIAR MATERNIDADE E TRABALHO: UMA QUESTÃO UNIVERSAL.....	34
4 PARADOXO DO TRABALHO: HUMANIZAÇÃO DO SER SOCIAL X DESREALIZAÇÃO DO SER SOCIAL	41
4.1 TRABALHO NO BRASIL	45
4.2 A MULHER E O LABOR PÚBLICO	49
5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE GÊNERO.....	57
5.1 ALGUNS CONCEITOS DE POLÍTICA	57
5.2 MARCOS LEGAIS DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	61
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
6.1 IDENTIFICAÇÕES DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	71
6.2 GÊNERO E TRABALHO	76
6.3 DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO.....	81
6.4 MATERNIDADE E EDUCAÇÃO DOS FILHOS	88
6.5 PROFISSIONALIZAÇÃO.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICES	110
ANEXO	115

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado intitulada “Gênero, Estudo e Trabalho: Dilemas da Mulher Contemporânea” busca identificar a mulher na perspectiva de uma cidadã de direitos, que merece ser valorizada enquanto mãe, trabalhadora e estudante.

O interesse pelo tema em questão surgiu ao perceber as experiências das mulheres modernas em serem, ao mesmo tempo, mães, trabalhadoras e universitárias lutando para obter sua independência financeira e criar sua prole, realidade ainda mais difícil em alguns casos, quando se trata de mães solteiras. Estudar os papéis sociais da mulher enquanto mãe e trabalhadora que envolve o “cuidar” dos filhos, com quem deixá-los quando o poder público não oferece vagas em tempo integral nas creches, como se comportam essas mulheres no momento em que um filho adoece e os desdobramentos no período da maternidade.

Estes questionamentos impulsionaram e foram desenhando a questão central dessa dissertação: com foco nos estudos de gênero e trabalho e suas implicações na vida da mulher moderna. O adensamento teórico sobre as categorias trabalho e gênero foi possível durante as disciplinas de Movimentos Sociais e Lutas Políticas, Questão Social, Políticas Públicas e as aulas do Núcleo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam).

O público-alvo desta pesquisa se refere a seis acadêmicas do curso de Serviço Social da Emescam que estejam na faixa etária de 20 a 40 anos de idade, mães e universitárias que tenham se afastado da faculdade por motivos de licença-maternidade nos últimos quatro anos, mas que retornaram às suas atividades acadêmicas após esse período. O interesse em estudar a Instituição de Ensino Superior Emescam ocorreu pelo fato de ser egressa do curso de Serviço Social noturno e por ser uma profissão de predominância feminina.

O presente trabalho é relevante, na medida em que procura estudar os papéis sociais femininos que envolvem a governabilidade do lar, a maternidade, atuação no mercado de trabalho e a busca pela profissionalização das mulheres. A referida pesquisa tem como objetivo geral, desvelar as experiências da mulher

contemporânea no universo da maternidade, estudo e trabalho. Quanto aos objetivos específicos, estudar as vivências da mulher contemporânea relacionadas à divisão do trabalho doméstico, descrever sobre as experiências de mãe, estudante e trabalhadora da mulher contemporânea e analisar os impactos, que a mulher de hoje enfrenta ao conciliar maternidade, estudo e trabalho.

A metodologia escolhida de caráter qualitativo, pesquisa empírica, baseou-se em revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, com a utilização do método de análise de conteúdo. Segundo Franco (2008), a análise de conteúdo tem sido cada vez mais utilizada para produção de referências acerca de informações coletadas através de perguntas de interesse do pesquisador considerando que estas informações estão interligadas com o contexto de seus produtores.

Toda mensagem falada, escrita ou sensorial contém, potencialmente uma grande quantidade de informações sobre o seu autor: suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesse de classes, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.. A “teoria” da qual o autor é o expositor orienta sua exposição da realidade. Tal concepção (consciente ou ideologizada) é filtrada mediante seu discurso e resulta implicações extremamente importantes para quem se propõe fazer análise de conteúdo (FRANCO, 2008, p. 21-22).

A organização e a análise dos dados produzidos na pesquisa estão fundamentados no referencial teórico e no conteúdo das entrevistas, observações e registros em diário de campo/de pesquisa e transcrição de áudio.

Este estudo utilizou algumas categorias chave para ampliar a nossa percepção baseada em cinco categorias norteadoras e a primeira teve como objetivo identificar as participantes da pesquisa no que se refere à idade, escolaridade, ocupação atual, estado civil, número de filhos/ idade e ano e período que se inseriu na faculdade. A segunda categoria destacou os aspectos de gênero e trabalho, a divisão do trabalho doméstico foi classificada como terceira categoria de análise, o quarto elemento estudado focalizou na maternidade e educação dos filhos e a última categoria pesquisada enfatizou na profissionalização.

A devolução dos dados aos participantes da pesquisa, correspondendo às questões éticas, caso haja alguma necessidade de modificar antes de ser publicada a

pesquisa. A divulgação dos dados produzidos será por meio de artigos científicos e apresentação da pesquisa na instituição de ensino.

Os critérios de inclusão se referem a mulheres de 20 a 40 anos, mães, universitárias do curso de Serviço Social da Emescam que vivenciaram ao mesmo tempo a maternidade, trabalho e os estudos e os critérios de exclusão relaciona-se às mulheres que estavam fora do mercado de trabalho e que não estudavam na instituição de ensino Emescam, ou que não vivenciaram a maternidade nos últimos quatro anos.

O *lôcus* da pesquisa foi a Emescam, sediada na Avenida nossa Senhora da Penha, no bairro Santa Luzia, no município de Vitória/ ES. Fundada em 1966, tornou-se uma referência para sociedade capixaba, reconhecida pela formação de vários profissionais renomados na área da saúde. De acordo com o site institucional da Emescam, antes de forma exclusiva direcionada para Faculdade de Medicina, gradualmente adotou faculdades de outras áreas da saúde como: Fisioterapia (1999), Farmácia (1999), Enfermagem (2002), Serviço Social (2003). Em 2009 inaugurou o mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Em relação aos riscos da pesquisa é identificado como mínimo que foi amenizado com o sigilo dos dados referentes participantes da pesquisa, no qual foram escolhidos os horários mais adequados para realização da entrevista, visando não interferir de maneira negativa na rotina das participantes.

Na perspectiva de analisar sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) identifica que os dados sobre gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país.

Em relação à educação entre os jovens, a taxa de analfabetismo é maior para os homens, no eixo rendimento familiar à contribuição das mulheres foi de 40,9% em média e 37,3% das famílias estão sob-responsabilidade da mulher. Atuação no mercado de trabalho a taxa de atividades sobe entre as mulheres, embora, possuem formação em áreas que apresentam menos rendimentos. Dados em relação ao impacto no nível de ocupação das mães associado ao número de creches para crianças de até três anos.

De acordo com o fragmento acima a falta de creches para crianças de até três anos impactam no nível de ocupação das mães no mercado de trabalho. Conforme o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) em 2013-2015, a meta é “ampliar a oferta de creches e outros equipamentos públicos que interferem na divisão sexual do trabalho, na cidade e no campo”.

E o PNPM (2013-2015), tem como uma das suas ações: “promover a cultura de compartilhamento do trabalho doméstico entre mulheres e homens, por meio da realização de campanhas, ampliação da licença paternidade”. Em 2010, as mulheres informaram ao IBGE que gastaram 24 horas por semana em atividades domésticas não remuneradas, enquanto os homens declaram usar 10 horas nas mesmas tarefas.

Podemos citar algumas conquistas que estão previstas na lei em relação à igualdade de gêneros e temos como referência a Constituição Federal de 1988 que estabelece em seu artigo 5º, inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição”.

No que se refere à igualdade de remuneração entre homens e mulheres trabalhadoras temos como legislação o Decreto nº 41.721, de 25/6/1957, que “promulgou a Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadoras por Trabalho de Igual Valor”. Pode-se citar também o Decreto nº 4.377, de 13/9/2002, que “promulgou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979”.

Quanto à proteção do trabalho da mulher temos como legislação norteadora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1943 e contempla um capítulo com 27 artigos, que se justificam pela necessidade de tratamento igualitário de gêneros no meio trabalhista. Com base na CLT em seu capítulo III na seção V faz menção à proteção à maternidade no seu artigo 399 cita que:

Art. 399 - O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Como mencionado nos parágrafos anteriores existe uma vasta legislação de proteção à mulher e isso se configura como uma conquista, mas há que se ressaltar o fato de que as leis ainda não alcançaram uma total efetivação e tal realidade influencia no cotidiano das mulheres ao conciliarem seus diversos papéis sociais de mãe, profissional, universitária, esposa e gestora do lar.

Isto posto, a pesquisa foi norteadada pela seguinte hipótese: apesar das mulheres participarem cada vez mais no orçamento doméstico, pouco se progrediu para o tratamento igualitário entre homens e mulheres. As dificuldades envolvidas na conciliação entre maternidade, estudo e trabalho, sobretudo nos primeiros anos de vida dos filhos ainda levam, nos dias de hoje, mulheres a abandonarem ou adiarem suas atividades laborais ou terceirizam os cuidados de seus filhos.

Deste modo, a dissertação se apresenta organizada em seis capítulos, sendo que o primeiro capítulo faz referência à apresentação, o segundo alude aos “Procedimentos Ético-Metodológicos”, que tange ao tipo de estudo, sendo este de caráter qualitativo e empírico em virtude do foco e da ênfase abordados na pesquisa.

O terceiro capítulo intitulado por “Mulheres do século XXI: polivalentes, mas invisíveis na sociedade do capital” reflete acerca da condição da mulher no decorrer da humanidade fazendo um contraponto com a atualidade. Com a finalidade de compreender a relação entre os vários papéis sociais femininos entre a vida pública e privada. Pontua-se sobre a trajetória feminina de privação de direitos e poucas conquistas e os desdobramentos em conciliar maternidade e trabalho.

Em seguida, o quarto capítulo denominado “Paradoxo do trabalho: humanização do ser social x desrealização do ser social” reflete acerca da essência do trabalho e a sua importância na vida do homem no que diz respeito a sua sobrevivência e sua relação com a natureza, com fim de transformá-la para suprir as necessidades humanas. Na sequência é feita uma abordagem sobre os impactos no mundo do trabalho no que diz respeito à flexibilização do trabalho, reestruturação produtiva, globalização da economia, e a necessidade de uma forte identidade da classe que vive do trabalho. Por fim, é feita uma discussão teórica sobre a feminização no mundo do trabalho.

No quinto capítulo, designado por “Políticas Públicas de cidadania e direitos humanos de gênero” contempla uma reflexão teórica referente ao conceito de política, com objetivo de compreender a sua finalidade no que diz respeito à participação política da sociedade civil no tange o desenvolvimento da sociedade e o bem estar de todos os cidadãos e na sequência identificar e analisar as políticas públicas destinadas às mulheres que foi descrita com o intuito de ressaltar as conquistas sociais femininas.

O último capítulo intitulado “Resultado e Discussões” busca analisar os dados da pesquisa, sendo que a princípio foi utilizada a categoria para identificar às mães universitárias do curso de Serviço Social, no decurso da pesquisa foram utilizadas as categorias referentes ao gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho doméstico, a maternidade e educação dos filhos e profissionalização.

Pretende-se, com este estudo, contribuir, no campo das Ciências Sociais, com reflexões acerca do tema a partir da interface gênero e trabalho. Na história as mulheres foram despotencializadas e tratadas de forma desigual em relação aos homens. Na atualidade mesmo com a expansão feminina no mercado de trabalho nos deparamos com baixos salários, comparados aos homens e realizando diversas tarefas tanto no âmbito do espaço público quanto privado.

Desta maneira, deseja-se que este trabalho possa evidenciar as vivências das mulheres do século XXI que são responsáveis por prover, gerar e cuidar da sua prole, muitas vezes terceirizando o cuidado dos filhos para conseguirem conciliar estudo, trabalho e o lar. Verificam-se avanços significativos dos marcos legais dos direitos e das políticas públicas voltadas para as mulheres direcionadas à proteção a maternidade, atenção à saúde da mulher, ao enfrentamento a violência doméstica e a legitimação do PNPM (2013-2015).

O próximo capítulo irá discutir sobre os procedimentos ético-metodológicos no que concerne a identificação dos sujeitos entrevistados, aos procedimentos ético-metodológicos que nortearão o estudo e por fim a organização e análise dos dados da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS ÉTICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo aprofundará na análise dos procedimentos ético-metodológicos no que diz respeito ao tipo de estudo adotado, sendo a pesquisa de caráter qualitativo, empírica, baseou-se em revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, com a utilização do método de análise de conteúdo, para se analisar os dados coletados. Por meio do estudo qualitativo, procura-se responder questões muito específicas. Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (1993, p. 21), a pesquisa qualitativa se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificável. Desta forma, ela trabalha com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A utilização do método de análise de conteúdo constitui uma técnica de acordo com os autores Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734) orientados pela teoria de Vergara (2005) que “trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, há a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado”. Para a descodificação dos documentos, Mozzato e Grzybovski (2011) citam Chizzotti (2006) que relata que o pesquisador pode utilizar vários procedimentos, procurando identificar o mais apropriado para o material a ser analisado, como análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação ou análise de conotações.

As entrevistas podem ser consideradas para Minayo, Deslandes e Gomes (1993, p. 64) conversas com finalidade e se caracterizam pelo seu modo de sistematização. Podem ser classificadas como “semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”.

Para a revisão bibliográfica, foram consultadas produções acadêmicas em bancos de dados do Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Revista Gênero da Universidade Federal Fluminense (UFF), (Emescam), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outras literaturas.

Em seguida, foi realizada a pesquisa empírica que ocorreu através de entrevista semiestruturada com seis universitárias do curso de Serviço Social, dentro da faixa

etária de 20 a 40 anos de idade, mães da Instituição de Ensino Superior (IES) Emescam e que tenham se afastado da faculdade por motivos de licença-maternidade nos últimos quatro anos, retornando às suas atividades acadêmicas após esse período.

Em tempo, foi realizado um roteiro de perguntas semiestruturadas online com o intuito de conhecer quais fatores levaram as acadêmicas do curso de enfermagem, farmácia, fisioterapia a cancelarem as matrículas no curso superior, após o nascimento de seus filhos, embora, não obtive um retorno positivo das mesmas.

A organização e a análise dos dados produzidos na pesquisa fundamentaram-se no referencial teórico e no conteúdo das entrevistas, observações e registros em diário de campo e transcrição de áudio. Em seguida o conteúdo foi organizado em cinco categorias: Identificação dos participantes da pesquisa, gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho doméstico, maternidade e educação dos filhos e profissionalização.

O referencial teórico que fundamentou a dissertação em relação à pesquisa científica foi baseado na técnica de análise de conteúdo com contribuição dos autores Franco (2008), Mozzato e Grzybovski (2011), Minayo, Deslandes e Gomes (1993).

Para a discussão do referencial teórico na organização dos capítulos da dissertação e discussão da trajetória de privação e direitos e conquistas das mulheres seguem os autores norteadores da pesquisa como Martins Filho (2012), Franco (2011), Saffioti (2004; 2013), Hall (2005), Elias (1994), Perrot (1988), Fonseca (2000), Vasconcelos (2011), Muniz (2011), Costa (2005), Meulders *et al.* (2007), Oliveira (1995), Scavone (2001), Hirata; Zarifian (2003), Tilly (1994) e Fresneda (2006).

Antunes (2000; 2008; 2010), Sávtchenko (1987), Carleial e Malaguti (2008), Netto e Braz (2007), Iase (2013), Boff (2014), Navarro e Prazeres (2010) e Cruz (2009) contribuíram para discussão do capítulo referente ao trabalho como realização do ser social e seus impactos como reestruturação produtiva, alienação do homem e formação da consciência de classe.

Referente à feminização do trabalho e conceitos de cidadania como aporte teórico Manzini-Covre (2005), DaMatta (1997), Simionatto (2004), Pinho (2009), Coelho (2002), Navarro e Prazeres (2010) e Nogueira (2010).

Nogueira (2001), Aristóteles (2001) e Weber (1968) aprimoraram os capítulos quanto aos conceitos de política e Nogueira e Mito (2006), Simões (2014), Silva, Souza e Silva (2013) e Alves e Pitanguy (2003) referente ao debate sobre os marcos legais dos direitos e das políticas públicas para as mulheres.

Para elencar as categorias na organização e análise dos dados utilizou-se a princípio os autores Donelli e Beltrame (2012), Bruschini (2007) na identificação do perfil das mães universitárias do curso de Serviço Social, em um segundo momento os autores que contribuíram com a discussão da segunda categoria Gênero e Trabalho foram Carloto (2001), Coelho (2002), Martins Filho (2012), Araújo e Ribeiro (2001), Giuberti e Menezes Filho (2005), Manganelli (2012) e Sayão (2003).

Na sequência foi abordada a categoria Divisão Sexual do Trabalho Doméstico com os autores Hirata e Kergoat (2007), Wagner *et al.* (2005), Antunes (2010) e Oliveira e Santos (2010). A quarta categoria estudada se referiu a Maternidade e Educação dos Filhos com análises dos autores Forna (1999), Spíndola (2000) e Boff (2014) e finalizando com a última categoria que se refere à Profissionalização fundamentada pelos autores Knopp (2014), Faleiros (2014) e Meulders *et. al* (2007).

2.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram seis acadêmicas do curso de Serviço Social, dentro da faixa etária de 20 a 40 anos de idade, mães e que tenham se afastaram da faculdade por motivos de licença-maternidade nos últimos quatro anos, retornando às suas atividades acadêmicas após esse período.

As seis universitárias que participaram do estudo necessariamente tinham que ser mães, o que excluiu da pesquisa os casos das que não eram mães e não estavam

inseridas no curso de Serviço Social da Emescam e que não retornaram do período de licença-maternidade nos últimos quatro anos.

Para efetivação das entrevistas contou-se com o apoio da Secretaria Acadêmica da IES, com a disponibilidade dos dados para caracterização dos sujeitos da pesquisa e indicadores das mães universitárias que retornaram da licença-maternidade por cursos ofertados pela instituição e alguns casos onde as acadêmicas não retornam no período de pós-licença-maternidade.

Após levantamento das mães universitárias do curso de Serviço Social, as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de tempo e local mais adequado para as acadêmicas. Portanto, o local e horário de encontro das entrevistas foi articulado na IES, devido maior facilidade de deslocamento de conciliarem com o horário de início das aulas. Isto posto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, com duração aproximadamente de 50 (cinquenta) minutos cada.

Dessa forma, a princípio para cada acadêmica, foi realizada uma entrevista semiestruturada de forma individual para coleta dos dados. Baseada em cinco categorias norteadoras a primeira teve como objetivo identificar os sujeitos da pesquisa no que se refere à idade, escolaridade, ocupação atual, estado civil, número de filhos/ idade e ano e período que se inseriu na faculdade. A segunda categoria destacou os aspectos de gênero e trabalho, a divisão do trabalho doméstico foi classificada como terceiro eixo de análise, o quarto elemento estudado focalizou na maternidade e educação dos filhos e a última categoria pesquisada enfatizou na profissionalização (APÊNDICE A).

2.2 PROCEDIMENTOS ÉTICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos ético-metodológicos adotados, o protocolo de estudo iniciou-se após solicitação Emescam, por meio da carta de anuência e, a partir de uma autorização por escrito emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em seres humanos.

O projeto de pesquisa obteve aprovação do CEP da Emescam conforme submissão à Plataforma Brasil com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 45832215.3.0000.5065 aprovado em 1 de julho de 2015 com parecer nº 1.132.609, a qual nos termos de apresentação obrigatória estão de acordo com a Resolução nº 466/12 (ANEXO A).

Por conseguinte, foi levado ao conhecimento de todos os participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) que consiste em um instrumento sobre a entrevista que, após a leitura e os devidos esclarecimentos aos participantes da pesquisa, os mesmos aceitaram participar voluntariamente, assinando assim, o instrumento (APÊNDICE C). As entrevistas foram submetidas a áudio gravação e transcritas na íntegra, para então, ocorrer à organização e a análise dos dados.

2.3 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao considerar a discussão sobre análise de conteúdo, Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734) ressaltam que a autora Laurence Bardin é a mais citada no Brasil em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Com base na teoria de Bardin (2006) mencionado pelas autoras a análise de conteúdo consiste em uma junção de procedimentos de análise das comunicações, que utiliza métodos sistemáticos e com finalidade de descrição do conteúdo das mensagens “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Tendo em vista os fatos apresentados, compreende-se que a análise de conteúdo é um agrupamento de técnicas de análise de comunicações, que tem como propósito ultrapassar as incertezas e valorizar a leitura dos dados coletados. Mozzato e Grzybovski (2011, p. 734) utilizam também como referência Chizzotti (2006), que afirma que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender de forma crítica o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Para Minayo, Deslandes e Gomes (1993, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

Gomes (2009, p. 88) baseado em Bardin (1979), elucida que podemos considerar a categorização como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios definidos de maneira prévia. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico.

Para realização da análise de conteúdo, foram adotadas as três fases sugeridas por Bardin, conforme ressaltado por Godoy (1995), sendo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, organizou-se todo material coletado durante o trabalho de campo o que contemplou os dados do roteiro de entrevistas semiestruturadas individuais.

Em seguida, passou-se a exploração dos dados coletados. Para tanto foram transcritas de forma integral as falas gravadas das mães universitárias durante as entrevistas. Após a transcrição integral das entrevistas, foi possível identificar as categorias que possibilitaram agrupar os dados, permitindo melhor sistematização.

Nesta fase, levaram-se em conta os objetivos da pesquisa que nortearam a realização do estudo e o conjunto dos dados coletados. Salienta-se que foram utilizados dados de outras pesquisas realizadas acerca da mulher contemporânea que trabalha, estuda e que é mãe. Por consequência, foram definidas cinco categorias de análises temáticas: Identificação do perfil das mães universitárias; Gênero e Trabalho; Divisão Sexual do Trabalho Doméstico; Maternidade e Educação dos filhos; Profissionalização.

As unidades de registro (palavras-chave e/ou expressões) foram determinantes para identificação das categorias de análises temáticas por facilitarem o reconhecimento das subcategorias dos dados coletados. Em cada uma das categorias, encontram-se variadas unidades de registro.

Para identificar o perfil das mães universitárias os dados apontam o aparecimento de informações acerca do contexto de suas características como estudante, mãe, trabalhadora como demonstrado na tabela 1.

TABELA 1 - Categoria 1

Categoria 1	Subcategorias
Identificação do perfil das mães universitárias	Idade
	Escolaridade
	Ocupação Atual
	Estado Civil
	Nº de filhos/ idade
	Ano e período de inserção na faculdade

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à categoria - Gênero e trabalho, a tabela 2 apresenta as subcategorias e as respectivas unidades de registro.

TABELA 2 - Categoria 2

Categoria 2	Subcategorias	Unidades de Registro
Gênero e Trabalho	Retorno ao mercado de trabalho e a faculdade	Sem quem deixar os filhos Conciliar as tarefas
	Rendimento Familiar	Remuneração masculina superior Remuneração feminina inferior
	Mercado de trabalho e gênero	Sexo frágil Promoção masculina Disponibilidade do homem

Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira categoria trata da divisão sexual do trabalho doméstico, na qual, a partir das subcategorias, estabelecem-se como unidades de registro todas aquelas que

possibilitaram por meio de conteúdo expresse identificar fatores que condicionam as desigualdades de gênero como a participação masculina e os papéis sociais predeterminados culturalmente na sociedade.

TABELA 3 - Categoria 3

Categoria 3	Subcategorias	Unidades de Registro
Divisão Sexual do Trabalho Doméstico	Participação masculina	Auxilio Conflitos no lar Preconceito Social
	Socialização feminina	Cultura machista Papeis sociais
	Desigualdade de gênero	Cuidado doméstico cultura machista pressão da sociedade

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à categoria - Maternidade e educação dos filhos, a tabela 4 apresenta as subcategorias e as respectivas unidades de registro:

TABELA 4 – Categoria 4

Categoria 4	Subcategoria	Unidades de Registro
Maternidade e Educação dos filhos	Impactos ao conciliar maternidade, estudo e trabalho.	Qualidade de vida Frustração Estresse
	Convivência com os filhos	Terceirização do cuidado Tempo insuficiente Valores

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em consideração a última categoria – Profissionalização, a tabela 5 apresenta as subcategorias e as respectivas unidades de registro.

TABELA 5 - Categoria 5

Categoria 5	Subcategoria	Unidades de Registro
Profissionalização	Autonomia financeira	Independência Dignidade Poder
	Pretende continuar estudos	Maior qualificação Aprendizado Salário
	Graduação de Serviço Social	Consciência de direitos Empoderamento Gestão de pessoas

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a sistematização dos dados em categorias, tornou-se mais evidente a análise dos dados empíricos tomando como apoio alguns estudos científicos, isto é fazer a relação entre os dados empíricos e o referencial teórico escolhido.

Posterior ao cumprimento da segunda etapa prosseguiu-se com a fase de interpretação e análise dos dados. Deste modo, a partir da identificação e da organização dos dados, passou-se a analisá-los tomando como alicerces referenciais teóricos selecionados previamente.

As formas escolhidas para identificação dos sujeitos da pesquisa foram por meio dos pseudônimos referentes ao sistema solar caracterizado por Vênus, Marte, Júpiter, Terra, Mercúrio e Netuno com o objetivo de resguardar a identidade das entrevistadas e a fim de associar a “Mãe Terra” a “Mãe geradora” de toda a vida.

A partir da verificação dos discursos acerca do rendimento familiar, infere-se a predominância masculina por salários superiores as mulheres. Devido à realização de múltiplas tarefas, os estudos e a maternidade as mães universitárias trabalham em meio período ou dispõem de uma única renda sendo o estágio extracurricular. Algumas mães conseguem por necessidade financeira conciliar trabalho integral e estágio, embora, nos relatos apresentados revelam os impactos dessa sobrecarga ao conciliar todas essas atividades diárias.

O capítulo seguinte irá abordar sobre a trajetória de privação de direitos e sobre as conquistas femininas, conquistas estas como o direito a educação formal, nível de

escolarização superior aos homens, ascensão da mulher no mercado de trabalho em contraponto a segregação ocupacional e a discriminação salarial.

3 MULHERES DO SÉCULO XXI: POLIVALENTES, MAS INVISÍVEIS NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Neste capítulo serão apresentados diversos autores que estudaram a condição da mulher no decorrer da humanidade fazendo um contraponto com a atualidade. Com a finalidade de compreender a relação entre os vários papéis sociais femininos entre a vida pública e privada. No decorrer do capítulo pontua-se sobre a trajetória feminina de privação de direitos e poucas conquistas e os desdobramentos em conciliar maternidade e trabalho.

3.1 A TRAJETÓRIA DE PRIVAÇÃO DE DIREITOS E POUCAS CONQUISTAS

Vasconcelos (2011, p. 20) discute que as mulheres eram consideradas diferentes dos homens tanto no físico quanto em questões relacionadas ao intelecto, com o objetivo de condicioná-las à esfera da casa, distinto dos homens, que eram vistos pela sociedade como exclusivos detentores da esfera pública, “[...] durante séculos, as mulheres foram associadas à fertilidade e, como tal, confinadas a esse papel, enquanto os homens eram relacionados com o domínio sobre a natureza”.

De acordo com Fonseca (2000, p. 51) “a mulher de hoje é muito diferente da de outrora, que desde que nascia só se preparava para casar e ter filhos. Hoje a mulher quer ser independente, tanto na vida quanto em suas finanças!”. Durante séculos as mulheres foram socializadas para atuação na esfera da casa, do cuidado dos filhos e os homens educados para atuação na esfera privada do trabalho.

As mulheres não tinham uma educação igual ao dos homens, elas não eram instruídas e incentivadas a ter uma profissão. Eram excluídas do processo de educação formal onde eram treinadas apenas para atuarem como boas donas de casa, mães, filhas e esposas, sendo estes os únicos papéis sociais que desempenhavam diferente dos homens que eram estimulados a ter um trabalho inserido no espaço público para atender ao discurso de “provedores do lar”.

Saffioti elucida (2013, p. 275-276), que a realidade brasileira era decepcionante, sendo que, o primeiro plano de educação feminina, concedia a mulher o mínimo em matéria de instrução. Saffioti (2013) ressalta que a lei de 1827 estabelecia um verdadeiro mecanismo de distinção dos sexos. Ainda que fosse a primeira legislação que legitimasse a mulher o direito de instrução, só permitia “as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias, reservando os níveis mais altos, liceus, ginásios e academias para a população masculina”.

Por conseguinte, Franco (2011, p. 92), faz referência ao acesso à escolarização das mulheres que se deu a partir do século XIX, onde se começa a alterar a concepção vigente no Brasil que excluía as mulheres ao acesso a escolarização. Franco analisa que (2011), “[...] a educação das mulheres não era mais só voltada para o aprendizado de boas maneiras e prendas do lar [...] tinha também por finalidade a formação das gerações futuras”.

Ao prosseguir com a análise realizada por Franco (2011, p. 92), o autor registra que a sociedade brasileira em 1808, com a vinda da família real portuguesa, para o Brasil tornou-se mais aberta. Começaram a se modificar os costumes, adaptando-se a um modelo português mais metropolitano. Em virtude a esses fatores, Franco (2011) ressalta que foram surgindo novas concepções no país sobre o relevante papel da educação que levaria ao desenvolvimento social da nação e conduziria a saída do atraso e da ignorância.

Em vista desse discurso difundido no Brasil oitocentista decerto acompanha o fenômeno ocorrido na Europa no século XVIII, inspirado pelas ideias iluministas que disseminavam a necessidade da universalização da escolarização.

Elias (1994) relata sobre o desenvolvimento dos modos de conduta, a ‘civilização dos costumes’. Entende a civilidade como transformação dos costumes, onde se refere desde o comportamento das pessoas à mesa, questões como etiqueta, polidez, requinte até o controle de comportamentos agressivos com o objetivo de saber se comportar no convívio social.

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Pode se

referir ao tipo de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos á forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. [...] nada há que possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1994. p. 23).]

Quanto às mudanças nos costumes sociais, Elias (1994) aponta que estão ligados a vários fatores econômicos, políticos, sociais, religiosos, suas legislações e as regras de comportamento entre os sexos. Nesse sentido, os padrões culturais são construídos pelo homem e não como um simples acontecimento natural. Elias (1994) salienta que houve um “condicionamento”, ou seja, um processo de controle que norteia a sociedade para comportamentos determinados.

Muniz (2011, p. 43) faz um paralelo com o poema de Carlos Drummond de Andrade referente ao isolamento espacial e físico entre meninos e meninas nas escolas mineiras do século XIX:

Meninas, meninas
Do lado de lá.
Meninos, meninos do lado de cá.
Por que sempre dois lados,
Corredor no meio
Professora em frente
e o sonho de um tremor de terra
Que só acontece em Messina,
jamais, jamais em Minas,
para, entre escombros, me ver
junto de Conceição até o fim
do curso?
(DRUMMOND DE ANDRADE, 1992).

A cultura escolar da monarquia no Brasil de acordo com Muniz (2011) difundia a divisão entre meninas e meninos e era associada tanto ao espaço que ocupavam quanto ao corpo físico. Mesmo assegurado como direito pela Constituição de 1924 o acesso à ‘instrução primária gratuita para todos os cidadãos’ foi registrada como um processo restrito e desigual onde imperava distinções de gênero, classe social e a legislação no período imperial legitimava essa cultura de desigualdades. Muniz, (2011, p. 45-46) prossegue com a reflexão onde informa que “as pessoas do sexo feminino, em igualdade de condições, eram reconhecidas apenas como “cidadãs não ativas”, uma subcategoria de cidadãs [...]”.

Em vista disso segue a contribuição de Saffioti (2013, p. 276), que registra que a educação destinada às pessoas do mesmo sexo era um acontecimento de “difícil penetração nos países de natureza católica, continuava-se a valorizar, no currículo das escolas femininas, muito mais a educação da agulha do que a instrução”.

Perrot (1988, p. 178), argumentava sobre a separação dos papéis sociais entre os homens e as mulheres “[...] cada sexo tem sua função, seus papéis. suas [sic] tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes [...]”. Em relação aos papéis sociais da mulher estavam sempre associado ao cuidado da família, os “trabalhos domésticos”, entre as várias funções antes de tudo era responsável em dar a luz e criar os filhos e acompanhá-los e tinha suas outras tarefas como dona de casa como a manutenção da família, a conservação da casa e da roupa, o transporte da água entre outras atividades.

No decorrer da obra de Perrot (1988), a autora refere-se às ideias de Augusto Comte e Hegel e destaca que ambos defendiam a predeterminação dos papéis sociais estabelecidos pelos sexos. Em consequência influenciavam o modo de pensar da sociedade do século XIX, contemporâneos dessa época e reforçavam as desigualdades de gênero em que os espaços públicos e privados eram predeterminados entre os dois sexos. Perrot (1988) cita contribuições de Hegel quando este se refere à vocação natural dos dois sexos e distingue que os espaços dos homens são destinados apenas aos espaços públicos e a ciência e as mulheres se colocadas à frente do governo ele entraria em declínio.

A distinção entre sexo e gênero foi evidenciada pela socióloga Ann Oakley em 1972: “Sexo é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...] Gênero, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em masculino e feminino [...]” (TILLY, 1994, p. 42).

Afirma Saffiot (2004, p. 105 - 106) que o sustentáculo da ordem patriarcal seria uma economia doméstica organizada, “nesse regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”. De acordo com esse contexto a base material do patriarcado não foi eliminada, apesar das conquistas femininas, quer na área trabalhista, quer na representação do parlamento brasileiro e demais postos políticos.

Nesse sentido Saffioti (2004, p. 106), refere-se que a “dominação – exploração” estabelece um único acontecimento apontando duas particularidades. Desta maneira, a sustentação econômica do patriarcado não se resume na acentuada distinção de pagamentos feitos às trabalhadoras, impactando também em sua “Segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político - deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva”.

Corroborando com Saffioti (2004) Fresneda (2006, p. 40) atesta que diversos estudos no Brasil apontam a existência de uma distinção salarial a favor dos homens, sendo que essa distorção de rendimentos não está associada à produtividade de ambos. Visto que as mulheres já ultrapassaram em média a escolaridade masculina. Desta maneira a autora destaca que “tanto a discriminação salarial quanto a segregação ocupacional, como responsáveis por essas diferenças salariais”.

TABELA 6 - População ocupada por nível de instrução (pessoas) no Brasil

Divisões Territoriais	2010	Homens, Ensino Superior Completo	Mulheres, Ensino Superior Completo
Brasil		4.550.820	5.634.925
Cariacica		4.031	6.702
Viana		435	677
Vila Velha		18.518	19.586
Vitória		25.615	27.917

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A tabela 6 apresenta dados relevantes apontando às mulheres no Brasil com o nível de escolaridade superior aos homens e inseridas no mercado de trabalho. O Censo do IBGE de 2010 realizou um levantamento da população ocupada por nível de instrução e mostra que 4.550.820 dos homens encontram-se com ensino superior completo diferente das mulheres com registros de 5.634.925 com ensino superior completo.

Em contraste com a realidade dos quatro municípios do Espírito Santo temos a região de Cariacica com a população masculina com índices com formação superior completa de 4.031 e as mulheres com indicadores de 6.702. Já o município de Viana

relewa dados de 435 para os homens e com um número expressivo de 677 direcionado às mulheres. Apontando um número elevado em relação aos outros municípios Vila Velha possui indicadores de 18.518 para os homens com nível superior e as mulheres com 19.586 e Vitória representando a capital do Estado do Espírito Santo dispara com 25.615 para população masculina e as mulheres com o número superior de 27. 917 (IBGE, 2010).

Fresneda (2006, p. 44-45) discute a necessidade de elaboração de políticas públicas que lutem contra as desigualdades salariais por gênero e registra há necessidade de distinção entre discriminação salarial e segregação ocupacional e análise de qual dos dois fatores estão afetando mais as mulheres no mercado de trabalho. A discriminação salarial está associada à realização das mesmas atividades realizadas por homens, embora, a remuneração feminina seja inferior. Diferente da segregação ocupacional Fresneda (2006) explica que seria mais complexa envolvendo outros motivos como a escolha do empregador estar associada a uma questão de papéis sociais.

Assim, o empregador não tem problemas em contratar uma mulher como secretária, mas pode ser relutante em querer uma sócia, ou uma chefe [...] Em ambos os casos, teremos como resultado a segmentação ocupacional, com homens ocupando as posições mais valorizadas, que ganham mais ou têm maior status.

Gonçalves (2013, p. 24), faz referência à tese inicial de Saffioti (2013) onde declara que o capitalismo exclui o trabalho feminino. Aponta Gonçalves (2013) que de fato se examinássemos o relatório Internacional do Trabalho (OIT), de 2008, comprovaremos que o número de mulheres ampliou-se de uma forma notável sendo que “200 milhões ao longo do último decênio, atingindo 1,2 bilhão, em 2007, contra 1,8 bilhão de homens. Todavia, a análise desse processo requer a superação de um enfoque apenas quantitativo”. Constata-se uma realidade que a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho não se equiparou da mesma forma em todas as áreas. Nota-se que a atuação feminina se expandiu em atividades mais precárias dentro do sistema capitalista.

Prosseguindo com a linha de pensamento de Saffioti (2013) citada por Gonçalves (2013) declara que o capitalismo se renovou e se expandiu sem que houvesse um avanço na emancipação feminina. As mulheres continuam “aprisionadas” no que se

refere à precarização das suas condições de trabalho e o segundo “aprisionamento” Saffioti (2013) associa a uma falta de reformulação dos papéis sociais entre homens e mulheres no espaço doméstico. As violações contra as mulheres constituem como um mecanismo, dos capitalistas para controlar a força de trabalho feminina e nos ajuda a entender o quanto “[...] a dominação capitalista de classe se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças” que reforçam desigualdades de classe, de raça, e de gênero”.

Na utilização do poder, no uso da razão as mulheres são “amputadas”, ou seja, mutiladas não tendo espaço e voz para participação das decisões políticas tanto no espaço público quanto privado. Conforme, Saffioti (2004, p. 35) “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis [...]. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força”.

Hall (2005, p. 45 - 46) reflete que o movimento feminista iniciou com reivindicações por melhores posições sociais para as mulheres e acabou influenciando e incluindo na sua agenda política questões como formação das identidades sexuais e de gênero. Percebe o autor que o “feminismo questionou a noção de que homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual”.

O feminismo surgiu durante os anos de 1960 e fez parte do grupo “novos movimentos sociais”, ao mesmo tempo com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis, as lutas pelos direitos civis entre outros movimentos. Hall (2005, p. 44-45) destaca fatos importantes sobre esse momento histórico em relação “ao enfraquecimento da classe política e das organizações políticas de massa a elas associadas, bem como sua fragmentação em vários movimentos sociais”. Dentro desse contexto cada movimento social lutava pela identidade social do grupo que tinham as mesmas demandas e com o movimento feminista a mulher passou a ter consciência do seu papel social na busca da igualdade dos dois sexos.

Matos (2006, p. 10) evidencia que, a questão de gênero incorporou os debates e ações apesar das resistências de diversos setores e áreas no novo século. As discussões de gênero tornaram-se fundamentais tanto no Estado como também na academia. E instituições como “agências nacionais e internacionais, sindicatos,

partidos políticos e terceiro setor assumiram de forma abrangente essa perspectiva em suas políticas públicas”.

Costa (2005, p. 1 - 2) ressalta que o feminismo enquanto um movimento social, é um movimento de natureza contemporânea, nasce no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e se expande, a princípio, em torno da demanda de direitos sociais e políticos. No seu surgimento, “[...] mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, mais tarde, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista”.

Ao discorrer sobre o contexto desfavorável dos governos militares no Brasil, nos anos de 1970, Matos (2006, p. 11 - 12) destaca que os temas referentes às mulheres ressurgiram, abordando questões, como “violência, sexualidade, contracepção, aborto, em conjunto com as reivindicações concernentes ao trabalho relacionadas à dupla jornada de trabalho e a cidadania feminina”. As mulheres lutavam por espaços políticos e sociais através dos movimentos por melhores condições de vida.

Infere Hall (2005, p. 43-45) sobre o impacto do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto um movimento social tendo ocasionando o quinto descentramento, termo utilizado para se referir ao processo de deslocamento do sujeito pós-moderno. Discute sobre as distinções entre o “dentro e o “fora”, “o privado” e público”. Assuntos do cotidiano e reconhece a família como parte da sociedade e que merece um olhar mais zeloso, quando aborda questões como a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, sexualidade.

Hall (2005, p. 46), pontua que o sujeito do iluminismo tinha uma identidade única e como a sociedade não é estática sofre influências internas e externas o tempo todo durante esse processo de descentramento surge o sujeito pós-moderno, não tendo uma identidade fixa onde sofre mudanças constantes, assim o “sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, fragmentadas do sujeito pós-moderno”.

3.2 CONCILIAR MATERNIDADE E TRABALHO: UMA QUESTÃO UNIVERSAL

Nos dias de hoje a mulher cumpre seu papel de esposa, mãe, estudante e trabalhadora e segundo Matos (2006, p. 9) “nesses últimos cinquenta anos, uma das mudanças mais marcantes na sociedade mundializada, talvez a maior delas, ocorreu nas relações entre homens e mulheres [...]”. A presença das mulheres se expandiu em diversos setores: no trabalho, nas escolas e universidades, na política na arte e ciências. Na atualidade o gênero determina um papel relevante na criação de Ciências Humanas e na Historiografia.

Com base nos dados do (IBGE, 2010) a contribuição da mulher no rendimento familiar foi de 40,9% em média, enquanto para os homens a média da contribuição foi de 59,1%. O Censo de 2010 indica que a contribuição financeira das mulheres que residem no meio rural no rendimento familiar foi de 42,4%, sendo um pouco mais elevadas em comparação as mulheres habitantes de áreas urbanas de 40,7%.

Fonseca (2000, p. 517), compreende que basta analisar a realidade de outrora para comprovar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em determinadas indústrias, em especial nas de tecidos. O autor destaca que no Rio Grande do Sul em 1900, as estatísticas chegaram a registrar que 42% da população em idade ativa era feminina. Destaca Fonseca (2000) que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, embora, o trabalho feminino era visto como um acréscimo da renda familiar.

TABELA 7 - Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%)

Divisões Territoriais	2010	Casal com filho	Responsável sem cônjuge com filho(s)
Brasil	37,3	22,7	87,4
Cariacica	38,9	23,6	87
Viana	34,2	19,3	85,4
Vila Velha	38,1	22,4	87,8
Vitória	41,7	24,1	89,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em conformidade com os dados do Censo de 2010 a tabela 7 releva indicadores de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias caracterizando duas realidades distintas sendo que a primeira se refere aos casais com filhos no qual as mulheres são únicas provedoras e a segunda análise diz respeito às mulheres sem companheiros e com filhos sendo a única mantenedora de sua família. Para Guérin (2003, p. 72) é cada vez maior o número de mulheres que assume o status de “chefe de família” e, no entanto, elas têm sempre a mesma dificuldade de ocupar empregos assalariados, a única saída possível, o trabalho por conta própria, também é complicado, uma vez que seu acesso à propriedade, à terra e ao crédito ainda é limitado.

No Brasil os casais com filhos e as mulheres como sustentáculo da família representam 22,7 % da população em relação às mulheres sem cônjuges e com filhos constituem 87,4%. Em comparação com a realidade da população do Espírito Santo o município de Cariacica apresenta indicadores de casais com filhos onde a renda da mulher é a estrutura da família com 23,6% e as mulheres como única base econômica sem cônjuges com filhos pontuando 87% (IBGE, 2010).

Continuando com as análises do IBGE de 2010 a região de Viana aponta registros de 19,3% dos casais que tem filhos contra 85,4% pertencendo às mães sem companheiros e com prole e os casais com filhos do município de Vila Velha indicando 22,4% enquanto as mulheres que constituem a estrutura de famílias sem cônjuges sinalizando 87,8%. Na capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, em 24,1% são de casais com filhos com um contraste de 89,9% de mulheres sozinhas como únicas sustentadoras do lar e com filiação.

Ao analisar acerca do trabalho feminino ocupadas na produção de bens e serviços, Saffioti (2013, p. 61 – 62), relata que nunca foram indiferentes ao trabalho. E em toda a história tem as mulheres contribuído para o sustento de sua família e para gerar o capital social. Nas economias pré - capitalistas, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: “trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e outras atividades domésticas”. Ressalta Saffioti que as crianças executaram uma participação econômica essencial enquanto a família existiu estruturada na unidade de produção.

Matos (2006) elucida que as mulheres passaram a ter maior visibilidade na esfera social e na academia na segunda metade da década dos anos de 1970. Anterior a esse período os estudos sobre as mulheres eram marginalizados na maior parte da produção e documentos oficiais. Constata que nesse período as mulheres tiveram acesso ao mercado de trabalho em particular, o trabalho fabril:

Esse privilégio dado ao mundo do trabalho talvez se deve aos vínculos dessas pesquisas aos estudos sobre o movimento operário e a uma herança da tradição marxista, mais de modo específico da teoria do patriarcado onde se identifica os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres (MATOS, 2006, p.11 - 12).

Ao prosseguir com as análises Matos (2006, p. 21), em relação ao aumento das mulheres no mercado de trabalho, pontua que essa expansão foi possível, em grande parte, pela popularização do uso dos contraceptivos desde os anos de 1960, que “possibilitou o controle mais efetivo da maternidade e um redimensionamento do tempo feminino, apesar da manutenção da dupla jornada”.

Em 2014, no Brasil foi sancionada a Lei nº 13.005, instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 - 2024), sendo um mecanismo de planejamento que visa direcionar a ação do Estado com diretrizes para execução de políticas públicas na área da educação. E tem como sua meta inicial difundir, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e aumentar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da duração deste PNE. E como umas de suas estratégias têm como finalidade “estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a cinco anos”.

TABELA 8 - Total de mulheres, com filhos de 0 a 3 anos de idade que frequentam creches e estão no mercado de trabalho no Brasil

Divisões Territoriais	2010
Brasil	1.352.705
Espírito Santo Urbano	26.207
Espírito Santo Rural	1.382

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dados do IBGE, referente ao Censo de 2010, apresentam cerca de 1.352.705 mulheres no Brasil, com filhos de 0 a 3 anos de idade, sendo que todos frequentam creches e as mães se encontram inseridas no mercado de trabalho. Observa-se no quadro a realidade das mulheres no Espírito Santo Urbano com número expressivo de 26.207, já no Espírito Santo Rural um declínio de 1.382, de mães dentro dessa realidade apontada pelo IBGE.

No decorrer da discussão sobre a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, Meulders *et al.* (2007, p. 612) destacam em particular as mulheres que têm filhos, sendo um dos “acontecimentos econômicos e sociais mais importantes da segunda metade do século passado, fenômeno que se percebe em níveis diversos em todos os países europeus”.

Martins Filho (2012, p. 74) pontua questões sobre as crianças e os pais na atualidade em uma sociedade globalizada que sofre constantes transformações. Evidencia que tudo acontece de forma muito rápida e os acontecimentos, as vidas, as relações familiares, os afetos, os encontros sofrem mudanças constantes. Observa que a classe média começa a diminuir o número de filhos, e, em consequência disso às famílias diminuem, e os filhos únicos aumentam de forma considerável. Outro aspecto da família moderna é que os pais deixam para ter os filhos mais tarde.

As crianças estão indo cada vez mais cedo para as escolas de acordo com Martins Filho (2012, p. 75 – 79) orienta que o ideal é que o primeiro ano seja da mãe com o filho. Faz uma reflexão do percentual de presença que são destinadas as crianças e entende essa fase como importante para prevenção e orientação. Discute sobre a importância de um padrão educacional dos pais com as crianças e que nos dias de hoje sofrem influências dos cuidadores (babás, creches, pais, familiares) e faz uma reflexão com base em que conceitos culturais, psicológicos, familiares às crianças terceirizadas estão sendo orientadas.

Oliveira (1995, p. 98) destaca a percepção de Anália Franco ao evidenciar as mulheres como educadoras da primeira infância, a autora afirma ser “a primeira

educação que o homem recebe, pois o que ele aprende nesta fase fica para o resto de sua vida e, muitas vezes, essa pode ser a única que ele terá”.

Scavone (2001, p. 144) ressalta que as mulheres brasileiras ingressaram no modelo intitulado pela autora como família moderna pela via da renúncia da maternidade. O declínio da taxa de nascimento foi um dos grandes acontecimentos dos últimos anos na alteração do padrão de maternidade no Brasil. Destaca Scavone (2001) que a quantidade do número de “filho/as por mulher passou de 4,5 em 1980 para 2,5 em 1996, por meio de uma intensa política de controle demográfico, com a generalização abusiva da esterilização feminina”.

A mesma autora frisa que a maior parte das mulheres ainda tem seus filhos na juventude, embora, também suspende a maternidade, cada vez mais jovens e com prole reduzida. As mulheres brasileiras esterilizadas fazem parte do grupo de 24,3% que compõem essa realidade na faixa etária de 20 – 29 anos e 24% do total das mulheres esterilizadas, tem dois filhos (as) e 3% um filho (a). Do mesmo modo foi constatada uma recessão na decisão do primeiro filho. Realidade das mulheres do Estado de São Paulo que tem filhos entre 20 – 29 anos indica 58,4 %. Já as mulheres na faixa etária de 35 – 39 anos estão entre 6,5 % das mães que tem filhos. No último caso representam as “mulheres profissionais que esperam primeiro alcançar uma estabilidade e independência financeira, para depois realizar a maternidade”.

Ao avançar com as análises de Scavone (2001, p. 145) se o padrão da maternidade limitada pode diminuir a incerteza entre vida profissional e vida familiar, ele não a esgotou. A conquista da maternidade ainda é um desafio para as mulheres que querem seguir um percurso profissional, uma vez que, sendo obrigações dos pais, ainda são as mães as mais atarefadas. Scavone levanta uma hipótese que “não seria este um dos fatores relevantes para as mulheres recorrerem a recursos radicais como a esterilização e o aborto, decidindo pela não maternidade?”.

Sob outra perspectiva, Scavone (2001, p. 145 - 146) evidencia que a ampliação da reprodução assistida no país e no mundo constata que a realização da maternidade continua existente na vida das mulheres. Na contemporaneidade com recursos tecnológicos a maternidade biológica já não é mais o primeiro critério que escolhe

uma mãe, enquanto a paternidade biológica pode ser relacionada à origem do espermatozóide.

A desagregação do papel de ser mãe é um dos acontecimentos evidentes para o que é chamado de “família artificial”. Scavone cita Laborie (2001, p. 146) para explicar os tipos de mãe portadora, que nos dão uma concepção dos novos formatos de maternidade. Denominados como “mãe portadora simples, sendo a mulher inseminada pelo espermatozoide do “pai social” [...] e a mãe portadora verdadeira, mulher fértil no útero que são implantados os embriões [...]”.

Meulders *et al.* (2007, p. 612 - 613) compreendem que apoiando as mulheres a continuar no mercado de trabalho é fundamental para sua autonomia, para o avanço da sociedade e, talvez, até para a sobrevivência dos sistemas de proteção social. Pois, o nascimento de um filho pode obrigá-las a interromper sua atividade profissional, “forçá-las a trabalhar em tempo parcial, levá-las a mudar de emprego, e essas mudanças são acompanhadas de perdas de rendimentos e de menores perspectivas de carreira”.

Compreendem Hirata e Zarifian (2003, p. 67) que as mulheres se desdobram entre trabalho profissional e doméstico, entre “opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida privada, assalariada, política, que regem a sociedade moderna”.

Nessa perspectiva, compreende-se que conciliar maternidade e trabalho se configura como um desafio para as mulheres no século XXI e a conquista de sua independência financeira passa pelo trabalho. A história das mulheres é marcada pela negação de direitos e de violações diversas onde eram tratadas de forma desigual em relação aos homens. Em pleno século XXI não alcançamos a tão sonhada igualdade de gênero. Mesmo com a expansão feminina no mercado de trabalho nos deparamos com baixos salários, comparados aos homens e realizando diversas tarefas tanto no âmbito do espaço público quanto privado.

No capítulo seguinte será explanado sobre o trabalho como fundamento do ser social e atividade indispensável para a sociedade e para o desenvolvimento do capital social e seus impactos relacionados à alienação do trabalho, flexibilização,

reestruturação produtiva e suas implicações entre a feminização no mundo do trabalho.

4 PARADOXO DO TRABALHO: HUMANIZAÇÃO DO SER SOCIAL X DESREALIZAÇÃO DO SER SOCIAL

Este capítulo se dedicará a analisar sobre a essência do trabalho e a sua importância na vida do homem no que diz respeito a sua sobrevivência e sua relação com a natureza, com fim de transformá-la para suprir as necessidades humanas. O trabalho é visto como uma atividade exclusiva do ser social devido sua racionalidade, consciência, planejamento e comunicação. Em um segundo momento o trabalho é identificado como penoso, degenerado, alienante devido às relações desiguais da sociedade capitalista que converte o processo de trabalho em meio de subsistência e transforma a força de trabalho em mercadoria. Na sequência é feita uma abordagem sobre os impactos no mundo do trabalho. Por fim, é feita uma discussão teórica sobre a feminização no mundo do trabalho.

Para existir, o homem precisa satisfazer as suas necessidades vitais, ou seja, necessita de se alimentar, vestir, morar, se defender dos elementos hostis da natureza. Obtém estes elementos a partir do trabalho. O trabalho é a atividade racional do homem, ele transforma os objetos da natureza para satisfazer as suas necessidades (SÁVTCHENKO, 1987, p. 6-7).

Ressalta Iase (2013, p. 63) que o trabalho se realiza da sua interação com o homem e a natureza com a finalidade de se alcançar os meios necessários para sua sobrevivência. Nesse sentido o trabalho transforma a natureza para que tudo que for produzido tenha um propósito de atender as necessidades humanas. Compreende que “toda atividade do trabalho consiste em transformar a natureza, e não apenas na apropriação de seus elementos tal como se encontram”.

Sávchenko, (1987, p. 7-12) diz que, inicialmente, o homem vivia dos produtos que a natureza lhe oferecia, processo longo que durou milhares de anos. No decorrer da história o ser humano foi aperfeiçoando os seus instrumentos de trabalho e a partir do trabalho conjunto surgiu a necessidade da fala articulada. Com o crescimento e aperfeiçoamento das forças produtivas o ser humano aumentou seu poder sobre a natureza constituindo a base do desenvolvimento da sociedade humana.

Destaca Iase (2013, p. 64) que ao alterar o ciclo natural dos elementos que se encontram na natureza como “as plantas ao controlar o plantio e a colheita, mudamos a natureza e criamos a agricultura e, assim, nos transformamos de coletores para agricultores”.

Nesse sentido, Antunes (2008), ao analisar a história da atividade humana na sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, considera que o mundo do trabalho tem sido vital, sendo uma realização específica do ser humano:

[...] foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais. [...] esse fazer humano tornou a história do ser social uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos. E o trabalho converteu-se em um momento de mediação sócio-metabólica entre a humanidade e natureza, ponto de partida para constituição do ser social. Sem ele, a vida cotidiana não seria possível de se reproduzir (ANTUNES, 2008).

Para Antunes (2008) se a vida humana se resumisse ao trabalho, seria a efetivação de um esforço penoso, o que resultaria no aprisionamento do ser social em um único aspecto de suas diversas dimensões. Portanto, o ser humano deve recusar o trabalho alienante que infelicita o ser social para garantir o trabalho humano e seu potencial emancipatório.

Nesse sentido, Sávtchenko (1987), diz que no modo de produção capitalista, o processo de trabalho caracteriza-se por duas particularidades, ressalta que em primeiro lugar os meios de produção são propriedade do capitalista e a força de trabalho se une aos meios de produção só depois de compradas pelo capitalista, o operário surge no processo de trabalho como atributo do capital. Em segundo lugar, o produto do trabalho é propriedade do capitalista, a quem pertencem também os meios de produção [...].

[...] Todas as formas de riqueza social no capitalismo são criadas pelo trabalho dos operários, privados dos meios de produção e submetidos, por consequência, à exploração capitalista. Juridicamente livre, o operário assalariado está economicamente dependente do capital (SÁVTCHENKO, 1987, p. 39-40).

O trabalho como atividade indispensável que converte a natureza e produz uma singularidade própria do ser humano é por essência um ato social (IASE, 2013, p. 65).

Netto e Braz (2007, p. 41) evidenciam que o ser social se diferencia de todos os outros seres por suas habilidades de comunicação através da linguagem articulada, por realizar atividades teleologicamente orientadas mediante uma finalidade proposta pelo sujeito, por lidar com suas atividades de maneira reflexiva, racional, consciente, universalizar-se e sociabilizar-se mediante capacidade de interação social com os demais membros da sociedade.

Antunes (2000, p. 123) analisa que o homem torna-se ser social a partir do trabalho, em sua constância, onde se diferencia de todas as outras espécies animais. O ser humano tem a capacidade de planejar, projetar, em sua consciência, o formato que quer reproduzir ao objeto do trabalho, antes de sua concretização. Compreende que “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho”.

De acordo com a concepção marxista o trabalho seria o início do processo de humanização do ser social, embora, dentro da sociedade capitalista o trabalho é depreciado. Destaca que o processo de trabalho se converte em meio de subsistência. E a força de trabalho é transformada em uma mercadoria, cujo objetivo se dá na produção de mercadorias. Argumenta que o objetivo central do trabalho deveria ser elevado à forma humana de realização do indivíduo, no entanto, o condiciona como meio de sobrevivência (ANTUNES, 2000, p. 125-126).

Netto e Braz (2007, p. 43) afirmam que o trabalho é característico do ser social, mas o ser social não se resume ao trabalho. Ao se evoluir, o mesmo adquire raciocínio lógico, percepção e atividades que, sobre a base necessária do trabalho, constituem objetivações próprias.

O resultado do trabalho e da criação humana, em determinado contexto histórico-social, não mais se apresentam com propósitos que expressem a humanidade dos homens e sim “aparecem mesmo como algo que, escapando do seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior”. A regressão do ser social está associada às projeções humanas, alienadas que deixam de promover a

humanização do homem em consequência da sua regressão. Essa inversão caracteriza o fenômeno da alienação:

[...] a alienação é própria de sociedades onde tem vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o produto da atividade do trabalhador é expropriado, quer dizer, sociedade nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem (NETTO; BRAZ, 2007, p. 44- 45).

Netto e Braz (2007, p. 58 - 59) destacam que com o crescimento da produtividade do trabalho aparece associado à divisão do trabalho. Anteriormente ao surgimento do excedente econômico, já na comunidade primitiva eram separadas as atividades de homens e mulheres, e a primeira forma de divisão do trabalho se dá através da divisão sexual. À proporção que aumenta a habilidade produtiva da sociedade, esta separa as ocupações necessárias à produção de bens entre seus integrantes, estabelecendo a divisão social do trabalho.

Ainda estes autores supracitados analisam ainda que para que o desenvolvimento do ser social em sua totalidade vir a ser acessível a todos os homens seria necessário uma sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção essenciais. Consideram que todos os homens têm iguais possibilidades humanas de se sociabilizar “a igualdade opõem-se a desigualdade, e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade e sim a diferença”. Portanto é imprescindível que as condições sociais para que se sociabilizem sejam idênticas para todos a fim de que todos os homens e mulheres possam construir suas personalidades, individualidades (NETTO; BRAZ, 2007, p. 46 - 47).

A sociedade capitalista resulta em uma forma de trabalho que acarreta na desrealização do ser social. Ressalta que “o resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou uma coisa”. Argumenta que a realização efetiva do trabalho mostra-se como desefetivação do trabalhador impactando na sua satisfação e realização. Salaria que diante o capitalismo, o trabalhador rejeita o trabalho, não se sente realizado, não se reconhece e deste modo o seu trabalho não é espontâneo, mas sim imposto, obrigatório (ANTUNES, 2000, p. 126 - 127).

Em relação à ditadura do “modo-de-ser-trabalho” Boff (2014, p. 111) discute que um dos grandes desafios do ser humano tem sido conciliar trabalho e cuidado. Pontua que “juntos constituem a integralidade da experiência humana, por um lado, ligada a materialidade e, por outro, a espiritualidade”.

Enfatiza que o século XVIII através do processo de industrialização, caracteriza-se pela ditadura do “modo-de-ser-trabalho” como intervenção, produção e dominação. Destaca que o trabalho deixa de estar associado à subsistência e sim com as relações de poder da sociedade capitalista (BOFF, 2014, p. 112).

4.1 TRABALHO NO BRASIL

Na década de 1980 e 1990, o recente capitalismo brasileiro sofreu grandes transformações. Entre elas, as mutações políticas provocadas pelo neoliberalismo que desregulou as diversas esferas sociopolíticas. A organização sociotécnica produtiva também sofreu transformações, seguindo a lógica da divisão internacional do trabalho, provocando mutações no mundo do trabalho, nos espaços sindicais, a reterritorialização da produção e diversos outros impactos (ANTUNES, 2010, p. 13-14).

Segundo Antunes (2010), o capitalismo desenvolvido no Brasil em meados dos anos 1950, possuía uma estrutura produtiva, por um lado, voltada para a produção de bens de consumo duráveis, com um mercado interno restrito e seletivo. E, por outro lado, um mercado de caráter exportador, que produzia produtos primários e produtos industriais, desenvolvendo uma acumulação produtiva estruturada por um processo de superexploração do trabalhador, concebido por baixos salários, extensa jornada de trabalho e com intensidade de ritmo (ANTUNES, 2010, p. 14 - 15).

Este padrão produtivo começou a sofrer alterações na década de 1980. Dado lentamente por mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços. Foi nessa década que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nosso país, levando as empresas a

adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, nas formas de organização social e sexual do trabalho.

Observou-se a ampliação da informatização produtiva, principalmente os usos do sistema “Na hora certa”, da produção baseada em trabalho em equipe, nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se o início, ainda também preliminar, dos métodos denominados participativos, mecanismo que procuram o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas (ANTUNES, 2010, p. 15-16).

Segundo Antunes (2010), essa reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no nosso país na década de 1990. Através da implantação de vários receituários provenientes da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da produção enxuta, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela realocação industrial, em que empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de super exploração do trabalho (ANTUNES, 2010, p. 17).

Nesse sentido, Navarro e Prazeres (2010, p. 180), assinalam que a reestruturação produtiva intensificada no Brasil nos anos de 1990, por meio do processo de globalização da economia e da abertura da economia brasileira à competição internacional, passou a exigir produtos mais variados, de melhor qualidade e a preços competitivos. Adotando políticas neoliberais, levando a profundas transformações nos processos produtivos das empresas, causando diversos impactos no mundo do trabalho.

Quanto à classe trabalhadora brasileira, essa possui um processo histórico-cultural particular que explica a sua identidade. Segundo Carleial e Malaguti (2008, p. 19), durante décadas, a força de trabalho brasileira foi constituída e construída por trabalhadores com os mais diferentes status jurídicos e políticos, sendo composta por escravos, trabalhadores livres nacionais e imigrantes labutando lado a lado, o que favoreceu a formação de uma classe trabalhadora sem a uniformidade necessária à formação de uma forte identidade de classe.

Prosseguindo com as reflexões de Carleial e Malaguti (2008, p.19-20) os autores entendem que como consequência desse relativo desconhecimento da classe trabalhadora de seus próprios interesses, constituíram-se organizações e lideranças sindicais com pouca representatividade e, em geral, ineficazes. O capitalismo tardio brasileiro, baseado em atividades mercantis e agroexportadora, também teve sua cota de participação na formação de uma frágil identidade nos meios laborais.

Antunes (2008, p. 18) compreende a classe trabalhadora enquanto “totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da sua força de trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos do meio de produção”.

Com relação ao processo de formação da consciência de classe, Cruz (2009, p. 2), discute sobre as três fases do seu desenvolvimento. A primeira fase registra como consciência alienada, individualista, a segunda está ligada à consciência de cidadania ou da reivindicação e a terceira está vinculada à consciência de classe ou revolucionária.

Entende-se que na primeira fase da consciência alienada o trabalhador não se vê como parte importante da produção que gera a riqueza social, em conjunto com os outros trabalhadores. Percebe-se como uma parcela fragmentada impactando nas relações sociais com os outros trabalhadores quando passa a ter comportamentos individualistas pensando somente em interesses individuais. Em função disso, não se identifica como classe trabalhadora e, e como consequência, não se interessa pelas lutas coletivas e não percebe que os problemas sociais impactam a todos os trabalhadores de uma maneira coletiva e não individual. Os efeitos dessa consciência alienada enfraquece a participação dos trabalhadores nos movimentos sociais, sindicatos, conselhos que pressionam o Estado a criarem políticas públicas de interesse social (CRUZ, 2009, p. 3 - 4).

Já a segunda fase da consciência Cruz (2009, p. 8) se refere à consciência de grupo que é muito mais forte e resistente que o indivíduo sozinho e isolado. Nesta fase o trabalhador só supera a consciência alienada e individualista quando começa a compreender que a luta pelos direitos está associada à organização e mobilização constantes em algum movimento social. O comportamento isolado da primeira fase

da consciência é superado por uma concepção de que “só no coletivo, se pode avançar em direitos sociais e benefícios sociais”.

O trabalho é, sempre, atividade coletiva, em tempo nenhum foi capaz de se desenvolver, de ser executado, como uma atividade individual, isolada de um ou outro indivíduo da espécie humana. Destacam que “essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas, sobretudo implica convencer ou obrigar outros a realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos”. Essa natureza coletiva da atividade do trabalho é, sobretudo, aquilo que se nomeia de social. Os primeiros grupos humanos foram constituídos pelo trabalho de grupos de primatas, surgindo um novo tipo de ser, distinto do ser natural: o ser social (NETTO; BRAZ, 2007, p. 33 - 34).

A terceira forma da consciência é evidenciada por Cruz (2009, p. 13 - 15) como a consciência de classe ou consciência revolucionária e registra que “não se chega sem as mediações dos diversos movimentos sociais que ultrapassam a alienação individual para consciência de direitos”. Ressalta a importância de conciliar a prática militante com a mediação teórica e observa que os trabalhadores não conseguem evoluir em seu processo de consciência, sem o acesso a formação teórica. Enfatiza como uma atividade primordial a formação política dentro dos movimentos sociais e partidos fundados pela classe trabalhadora, sendo que a elevação cultural e a saída do senso comum permitirão aos trabalhadores uma consciência crítica e um desejo de superar as relações desiguais da sociedade capitalista.

Cruz (2009, p. 8) destaca que quando o trabalhador se percebe como parte de uma classe trabalhadora seria o primeiro passo da superação da sua condição de trabalhador alienado para trabalhador conscientizado dos seus direitos. Discute a importância de trabalhadores politizados, ativos na política, inseridos em movimentos sociais e observa que a participação em espaços de lutas coletivas aumenta a possibilidade de compreender o tamanho dos problemas sociais que não são isolados e atinge toda a sociedade e por isso a necessidade de interação coletiva, planejamento, elevação do nível cultural e organização da classe trabalhadora.

4.2 A MULHER E O LABOR PÚBLICO

Nos últimos dez anos ocorreu uma crescente feminização no mundo do trabalho. Pontua-se que, se no período pós-1970 a participação masculina no mundo do trabalho diminuiu, constata-se que a ampliação da inserção feminina teve um impacto significativo. Porém, discute-se que a inserção das mulheres é mais expressiva em trabalhos precários, tendo como exemplo o caso do telemarketing (NOGUEIRA, 2010, p. 159).

Antunes (2008, p. 19), destaca sobre o considerável aumento da força de trabalho feminino no mundo contemporâneo, onde atinge mais de “40% da força de trabalho ou mais em diversos países avançados e também na América Latina, onde também foi expressivo o processo de feminização do trabalho”. Aborda que a expansão do trabalho feminino não está associada à sua ascensão salarial e pontua que sua proporção salarial é inferior comparada à remuneração masculina. Evidencia que as disparidades também estão ligadas aos direitos sociais e do trabalho.

Nogueira (2010, p. 160 - 161), analisa o setor de telemarketing e a feminização do trabalho, de forma específica as mulheres trabalhadoras dessa área. Destaca que no Brasil a área de telemarketing é um dos segmentos que mais insere pessoas no mercado de trabalho. Relata que de acordo com a Associação Brasileira de Telemarketing (ABT) “para o ano de 2010 seria de empregabilidade para um milhão de pessoas, sendo que 760 mil sejam mulheres, isto é, em torno de 76% da força de trabalho existente é feminina”.

O aumento da acumulação do capital se dá através da formulação de redes de comunicação que geram grandes ações de marketing, favorecendo a elaboração de novos produtos ou serviços. Em consequência, a comercialização da informação que se dá “através da informatização, do alto desenvolvimento tecnológico, facilita de certa forma o controle do capital sobre a organização do trabalho” (NOGUEIRA, 2010, p. 162).

Navarro e Prazeres (2010, p. 193) evidenciam que as transformações que aconteceram na atualidade na esfera da produção e do trabalho desencadearam nas empresas alterações tecnológicas que “possibilitaram aumento da

produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, diminuição dos custos da produção, assegurando condições de competitividade e lucratividade” e ao mesmo tempo ocasionando um problema de saúde pública onde as relações e condições de trabalho se tornam mais degradantes impactando na saúde dos trabalhadores como: o desaparecimento de postos de trabalho falta de reconhecimento profissional, decréscimo dos direitos trabalhistas e sociais, elevação da carga horária de trabalho, debilitação do movimento sindical e informalização do emprego.

Enfatiza Coelho (2002, p. 65), que mesmo com as sucessivas crises econômicas no país e da reestruturação do trabalho, não influenciaram na diminuição da força de trabalho feminina, ao invés disso, as mulheres estão se inserindo e permanecendo cada vez mais no mercado de trabalho. Embora, enfatiza que o desemprego tanto feminino quanto masculino vem aumentando. E aborda que a razão do desemprego feminino se dá pela “continuidade do crescimento da oferta de mão de obra e o declínio da ocupação, enquanto, para os homens, decorrem de forma exclusiva do nível ocupacional”.

Nogueira (2010, p. 162-163) aborda questões relacionadas à organização do trabalho e a saúde da teleoperadora e registra que as rotinas dessas trabalhadoras se configuram em trabalhos cansativos, extenuantes e árduos. Pontua que são condicionadas a realização de atividades repetitivas, subordinadas a um rígido controle por parte da empresa, impactando de forma negativa na saúde física e psíquica das trabalhadoras. Inseridas nessa rotina, o adoecimento das trabalhadoras é evidenciado através de vários fatores de risco, sendo eles: “ritmo alucinante de trabalho, ausências de pausas para recuperar o organismo, metas de produtividade desgastantes, movimentos repetitivos, insalubridade do ambiente de trabalho”.

Fonseca (2000, p. 51-52) considera que mulheres mais senhoras, com filhos e egressas do campo, sem estudos, constituíram a “matéria prima” para formação de operárias, em função da sua capacidade de suportar o sofrimento imposto pelo processo de trabalho industrial, e também pela falta de acesso a trabalhos com melhores condições.

Em concordância com as considerações de Nogueira (2010, p. 176), os trabalhos mais precários são destinados às mulheres em maior escala em consequência das

relações de trabalho se encontrar de maneira predominante ligada às relações de poder, vigente nos relatos que o trabalho feminino tem menos relevância comparada ao trabalho masculino devido seus papéis sociais de mãe e esposa. Salienta que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho assalariado é uma conquista, representando uma etapa significativa para sua liberdade, independência, embora, que incompleta, fragmentada e modesta.

Antunes (2010, p. 27), pontua que na divisão sexual do trabalho, executada pelo capital dentro do espaço fabril, de forma frequente “as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação [...] são destinadas as mulheres”.

O mesmo autor (2010, p.27) compreende que a mulher trabalhadora desempenha sua atividade produtiva em dobro, sendo no espaço de dentro e fora de casa, dentro e fora da fábrica. Destaca Antunes (2010) que “ao fazê-lo, além da duplicidade do ato laborativo, ela é altamente explorada pelo capital”: quando está no espaço público onde vende sua força de trabalho ao capital e quando retorna ao espaço privado do lar quando boa parte do seu tempo é destinado ao trabalho doméstico.

Fonseca, (2000, p. 53) constata que a compulsão das mulheres ao trabalho era associada a uma escolha pessoal com fins de independência econômica, embora, estavam na busca de sua sobrevivência e de seus familiares. Verifica que as motivações das mulheres seriam de independência econômica e social.

No pensamento social firmavam-se crenças com a finalidade de estabelecer concepções de que o trabalho da mulher tinha menos visibilidade, de maior suportabilidade aos ritmos repetitivos e de maior precisão motora:

[...] Suas mãos são instrumentos domados para a paciência, seu corpo tornou-se domesticado pelas exigências do “outro/masculino”, sua mente é fraca, enquanto é forte e grandioso seu coração. Paciência, persistência e obediência, aliadas a um coração capaz de suportar ser emudecido, essas são algumas das possíveis ideias que fundamentam a dominação e exploração das trabalhadoras (FONSECA, 2000, p. 47).

Apesar das conquistas nas últimas décadas, em relação aos salários, as mulheres, além de ganharem menos que os homens, ocupam lugares menos privilegiados na

economia e tem condições de trabalhos mais precárias. Pesquisas¹ indicam que “há uma tendência feminina em escolher áreas de trabalho nas quais possam conciliar as atividades domésticas e as escolhas de profissões consideradas “apropriadas para a mulher”, e esta compreensão pode estar associada ao processo de socialização feminina, difundida por diversos atores sociais como família, igreja, comunidade (COELHO, 2002, p. 70).

Simionatto (2004, p. 49), em suas análises da trajetória intelectual de Gramsci informa que, “a grande massa dos homens pensa segundo uma concepção de mundo imposta de maneira mecânica a partir do ambiente externo e obedece a essa concepção de mundo passivo”. Simionatto (2004) sinaliza como imprescindível a busca pelo conhecimento e que os homens e mulheres sejam instruídos no sentido de criar a sua própria concepção de mundo, pois, quando vem compreendida de forma passiva do exterior, ela é repentina, fragmentada, acrítica, gerando incoerências.

Em relação ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, Coelho (2002, p. 64 - 65), explana que as mulheres são mencionadas nos estudos de família como agente de mudanças neste espaço, visto que “o grau de consciência que adquiriram por meio de suas lutas, no reconhecimento dos seus direitos, impulsionou transformações fundamentais no cotidiano familiar”.

Dentro do cenário de crescente feminização do mundo do trabalho Nogueira (2010, p. 177) comunica que as tarefas femininas não vêm diminuindo, longe disso, vem se ampliando essa realidade, pontua que o trabalho doméstico, “continua em grande medida reservado como prioridade para a mulher, traduzindo-se em uma acentuada exploração feminina no mundo do trabalho”. Declara que a elevada inserção da força de trabalho feminina, influenciando na sua autonomia, não é de interesse do capital, mas sim na lógica de maior acumulação de valor, lucro, extração do excedente o que gera uma elevação do trabalho refletindo de forma negativa na saúde das trabalhadoras.

¹ Conforme dados publicados na Pesquisa Dieese nº 13, “Equidade de Gênero nas negociações coletivas”. São Paulo, Diesse, nov./97.

De acordo com os dados do boletim do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE / 2000) apontam que “as negociações, quando ocorrem, se referem a penas a mulher gestante e à maternidade, com pouca resolução dos problemas da mulher no trabalho”. Realidade que necessita ser debatida juntamente com as categorias profissionais em espaços de luta para construção de políticas públicas que insiram todas as demandas concernentes às mulheres que interfiram negativamente na sua condição de cidadã (COELHO, 2002, p. 65).

O PNPM (2013-2015) em seu primeiro capítulo dedica uma abordagem específica referente à igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica onde tem por objetivo geral promover a “igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre homens e mulheres”, com ênfase em atividades que eliminem a desigual divisão sexual do trabalho, realização de políticas de erradicação da pobreza e no incentivo da participação das mulheres no crescimento do país.

Nesse sentido o PNPM 2013 - 2015 integram diversas metas que visam aumentar a oferta de creches e outros aparelhos do Estado que impactam na divisão sexual do trabalho, no meio urbano e rural.

Foram destacadas no PNPM 2013 - 2015 ações como articulação no Congresso Nacional para discussão sobre a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), discussão e articulação para aprovação do Projeto de Lei nº 6.653/2009, relativo à Igualdade de Gênero no mundo do trabalho. Foram incluídas ações de articulação para “aprovação da legislação relativa à universalização da licença-maternidade de 180 dias e regulamentação e ampliação da licença paternidade”. Foi abordado no PNPM 2013 - 2015 a importância de Incentivar o acesso através de instituições públicas que auxiliem no compartilhamento social das tarefas domésticas, bem como o acesso a alimentação de baixo custo por meio de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos.

Coelho (2002, p. 71- 72) menciona sobre o progresso das conquistas femininas em questões relacionadas ao trabalho que pode ser evidenciada de forma clara na Carta Magna, aprovada em 1988, contra a manutenção da discriminação de gênero

e orienta que sejam elaborados procedimentos que suscitem à proteção a mulher no mercado de trabalho, com a:

Eliminação de mecanismos que geram discriminação, a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre; a extensão dos direitos trabalhistas as empregadas domésticas; o entendimento da maternidade como função social, ampliação da licença-maternidade; a criação da licença-paternidade e a extensão do direito creche para os filhos de trabalhadores de ambos os sexos.

Conquistas como licença-maternidade de cento e vinte um dias já estão sendo realizadas, independente das correlações de forças contrárias dos setores empresariais. Embora, questões como proteção ao mercado de trabalho, nem sequer foram analisadas (COELHO, 2002, p. 72).

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5^a, inciso I, estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta constituição”. Dentre os princípios fundamentais previstos em seu art. 1º contém princípios como a cidadania e dignidade da pessoa humana.

No art. 6º da Constituição de 1988 destaca o que são direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2010).

Pinho (2009, p. 167-168) informa que os direitos sociais têm um papel altamente relevante em nível de melhorar a qualidade de vida da população com a finalidade de promover uma sobrevivência digna. Compreende que são direitos ofertados pelo Estado direta ou indiretamente, legitimados na constituição de 1988, que “possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais, são, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade”.

Manzini-Covre (2005, p.8) evidencia que a cidadania aparece na pauta de vários movimentos sociais que lutavam por políticas públicas de saneamento básico, saúde, educação, extinção da discriminação sexual e racial. Realça Manzini-Covre (2005) que aconteceu no Brasil a realização da Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos

sociais e individuais e através desse movimento político é elaborada a Constituição de 1988, legitimando novas leis referentes aos direitos e deveres dos cidadãos.

Continua a autora (2005, p.9-10) frisando que “só existe cidadania se houver prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão e que ser cidadão significa ter direitos e deveres”.

DaMatta (1997, p.66 - 69) compreende que o conceito de ser cidadão e ser indivíduo é algo que se aprende, determinado por expectativas de comportamento individual. Destaca que a essência do papel social de “cidadão-indivíduo” está associada a conceitos de universalidade. Analisa que “o papel social de indivíduo e de cidadão é uma identidade social e de caráter nivelador e igualitário”. Enfatiza DaMatta (1997) que essa seria sua finalidade ideal onde todos os “homens” lutariam por direitos iguais a de todos os outros “homens”:

Deixo de ser um homem de meia-idade, deixo de ter um nome de família e uma cor; deixo de ser natural de um dado local geográfico e de ter determinada profissão. Acabo também com minhas predileções e singularidades para me tornar uma entidade geral, universal e abstrata [...]. (DAMATTA, 1997, p. 69).

De acordo com Manzini-Covre (2005, p. 14), “a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entende que a cidadania precisa ser construída coletivamente, não somente suprimindo as necessidades básicas, mas sim legitimando o acesso a toda necessidade que interfira na dignidade humana. Registra a importância de enxergarmos a cidadania interligada aos direitos civis, políticos e sociais.

Manzini-Covre (2005, p.14-15) compreende que os direitos civis estão relacionados às liberdades individuais como o direito de ir e vir, de se locomover e segurança. Já os direitos sociais têm relação ao atendimento às necessidades humanas básicas de sobrevivência com dignidade no que se refere à assistência do Estado através das políticas públicas de saúde, segurança, habitação, assistência social entre outras. E os direitos políticos seriam a legitimação do direito de se manifestar e ter uma atuação política, religiosa. Manzini-Covre (2005) entende que esse tripé compõe a cidadania nos direitos sociais, políticos e civis e necessitam estar articulados para que aconteça a efetiva realização da cidadania.

A partir da análise do referencial teórico, verifica-se que a classe trabalhadora é despossuída dos meios de produção e a sua força de trabalho é utilizada como mercadoria sendo o único meio de sobrevivência. No decorrer dos capítulos é discutida a importância da consciência de classe e uma formação política por parte dos trabalhadores. Portanto, a contradição do trabalho se materializa quando o ser social desenvolve suas habilidades para transformar juntamente com a natureza suas necessidades em riqueza social, mas por outro lado o ser humano não se vê realizado devido às relações sociais de exploração e desigualdades que separam as classes, os sexos, as raças, etnias, culturas e as religiões.

No capítulo a seguir será explanado inicialmente sobre os conceitos de política e sua importância vital para sobrevivência dos homens e na sequência um levantamento teórico sobre os marcos legais dos direitos e das políticas para as mulheres.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE GÊNERO

Pretende-se aqui desenvolver uma reflexão teórica referente ao conceito de política, com objetivo de compreender a sua finalidade no que diz respeito à participação política da sociedade civil no tange o desenvolvimento da sociedade e o bem estar de todos os cidadãos e na sequência identificar e analisar as políticas públicas destinadas às mulheres que foi descrita com o intuito de ressaltar as conquistas sociais femininas.

5.1 ALGUNS CONCEITOS DE POLÍTICA

Nogueira (2001, p. 27 - 28) afirma que a política é uma ferramenta que nos possibilita pensar a vida em sociedade de uma forma organizada seja em um espaço instituído, construído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias. Ressalta que “a política é luta apaixonada, entrega e dedicação”.

Nesse sentido o que move a política é a participação política de todos os cidadãos envolvidos no desenvolvimento da cidade no bem estar de todos, quando passam a serem sujeitos ativos, participativos das decisões políticas, mas essa consciência coletiva só nasce através de uma consciência de classe onde todos os trabalhadores reconhecem que as suas necessidades são necessidades de todos.

Para Nogueira (2001, p.27-28) a política democrática, tem como objetivo a participação da sociedade civil preocupa-se “em fazer com que o participar se firme como parceiro do governar e do representar, tanto quanto em tentar garantir que o diálogo prevaleça como forma de resolver conflitos entre as partes da sociedade”.

Aristóteles (2001, p. 57) associou à política a virtude, e relata que “o homem sem virtude é a mais perversa e cruel das criaturas” e a justiça seria a ligação entre os homens e a cidade, sendo, o princípio da ordem na sociedade política. Diferencia o homem dos outros animais por ser um ser social que se comunica e convive interagindo a todo o momento com a sociedade que está a sua volta.

O homem está em um nível muito mais elevado que os outros animais, devido sua capacidade de raciocinar, planejar e viver em grupo. Registra que é o “único animal que tem o dom da palavra”, o único a “ter noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça” e, portanto, o único que pode desejar uma vida próspera, alegre e integra honesta, virtuosa. Vincula a política à comunidade dos homens. A cidade só seria possível através de uma construção política, com o empenho dos indivíduos dotados de uma consciência cidadã pautada em valores de igualdade, justiça, respeito com as diferenças. De acordo com Aristóteles, são dotados de “virtude” (ARISTÓTOLES, 2001, p. 56 - 57).

Desta maneira, o homem é analisado como um animal político, destinado a viver em sociedade que só pode existir dentro de uma cidade, de uma pólis, de um Estado ou de uma comunidade: “[...] o homem que, por sua natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem” (ARISTÓTELES, 2001, p. 56).

Weber (1968, p. 55) analisa questões que se referem à significação da atividade política no conjunto da atividade humana. Examina sobre a vocação política e qual sentido que ela pode revestir. Observa que o conceito é altamente amplo e envolve todas as espécies de atividades diretivas autônomas. Fala-se da política adotada pelos sindicatos durante uma greve, ou até mesmo as políticas educacionais das regiões urbanas ou rural, da política de uma dona de casa, da política de uma diretoria de uma associação ou conselho.

Weber (1968, p. 55) destaca a política como “a direção de um agrupamento político hoje denominado “Estado” ou influência que se exerce em tal sentido”. A ciência que estuda os fenômenos sociais “sociologia”. Esclarece que o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é exclusivo, bem como é característico a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física.

Os agrupamentos políticos mais variados a começar pela família utilizaram a violência física, tendo como ferramenta normal o poder, domínio e a força. Devemos compreender o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, “dentro dos limites de determinado território, a noção de território corresponde a um dos

elementos essenciais do Estado, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 1968, p. 55 - 56).

De acordo com Pinho (2009, p. 1) o “Estado é uma sociedade política dotada de algumas características próprias, ou dos elementos essenciais a seguir descritos, que a distinguem das demais: povo, território e soberania”. Pontua que povo se refere ao elemento humano, um conjunto de pessoas que mantém um vínculo jurídico-político com o Estado.

Enquanto o território, para Pinho (2009, p. 1) se refere ao espaço que se exerce a soberania sobre as pessoas e bens e se configura como elemento material do Estado. Constata que a soberania está associada a um elemento formal do Estado. O Estado tem um papel fundamental de evitar a barbárie e a violência e a política é uma ferramenta poderosa, sendo a sociedade civil um espaço de disputa entre as classes que lutam pelo domínio através do seu projeto político econômico.

Simionato (2004, p. 41 - 42) menciona sobre a concepção de hegemonia na teoria de Gramsci e diz que “falar de hegemonia implica também de falar de crise de hegemonia, que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder [...]”. A hegemonia seria o processo que uma determinada classe convence a sociedade que o seu projeto político econômico é o melhor.

A hegemonia pode produzir efeitos como a subordinação de outros grupos sociais que não se refere somente à força, assim como as ideologias, ideias de uma classe dominante. O entendimento de constituição de classe para Gramsci se faz à luz da dialética subalternidade/ hegemonia. A dialética se refere ao movimento das ideias contrárias (SIMIONATO, 2004, p. 44).

Pensar de maneira dialética requer pensar de forma adequada a complexidade da sociedade. Quem não pensa de maneira dialética a complexidade da sociedade não analisa o contexto histórico do indivíduo. Simionato (2004, p. 44) ressalta que a transição de classe subordinada à classe hegemônica se dá “no processo de correlações de forças sociais, políticas, militares [...]”.

O grande desafio da política é gerar condições para que passe da proteção dos direitos individuais para a construção e a defesa dos interesses coletivos. Requer uma doação difícil de ser feita no âmbito que solicita que “os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se da perspectiva dos demais”. Evidencia a necessidade de superar o individualismo para um movimento colaborativo (NOGUEIRA, 2001, p. 29).

Nogueira (2001, p. 30 - 31) analisa que a política é um exercício constante, uma prática, um ambiente institucional, formal, uma arte, um ofício e uma ciência. Ressalta que a defesa da política é a qualidade de reconhecê-la como algo íntegro, fundamental, importante, indispensável, depende de um novo modo de pensamento. Requer, na atualidade de uma reformulação intelectual, como uma nova capacidade de perceber o mundo com outra lente. Percebe que passa pela habilidade de se elevar o pensamento.

Corroborando com esta discussão cita-se Nogueira, (2001, p. 28):

A palavra grega politikós, com a qual se designa tudo aquilo que é próprio da política (politiké), significa também polido, cortês, delicado. Não é por acaso que o termo grego pólis de onde vem política, se estende no latim urbe, de onde vem urbano, que tanto diz respeito à cidade quanto urbanidade, civilidade, afabilidade.

Pólis, enquanto cidade política surge à palavra como direito de cada cidadão de emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como palavra humana compartilhada como diálogo, discussão. A política valorizou o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão e a decisão racional e criou condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica. Podemos dizer que a política é uma atividade humana, sendo uma atividade vital para a sobrevivência dos homens. A política tem uma natureza mais sanguínea, ou seja, tudo tem que ficar explicitado no debate no diálogo.

Nogueira (2001, p. 55 - 56) faz uma análise sobre “três tipos de políticas existentes que caracteriza como “A política dos Políticos”, “A política dos cidadãos”, A política dos técnicos”. A política dos políticos é fundamental para a democracia é realizada através da representatividade. Atualmente a sociedade enxerga a política com

descrédito e isso impacta negativamente as políticas públicas fortalecendo os espaços privados. Conforme o autor seria um tipo de “política com pouca política”.

A política dos cidadãos está associada a uma democracia participativa, coletiva que estimule um pensamento e um discurso que procurem ser públicos, ensinados, transmitidos, comunicados e discutidos com o objetivo de proporcionar um espaço para os indivíduos serem protagonistas de suas próprias histórias, onde o cidadão aprende a ser cidadão. Reforça a importância de uma sociedade civil mais atuante que questione e se insira nos espaços decisões políticas como os conselhos, partidos, movimentos políticos, conferências, fóruns (NOGUEIRA, 2001, p. 58 - 59).

Nogueira (2001, p. 58) ainda ressalta que a política dos cidadãos seria “uma política concentrada na busca do bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença [...] seria a “política com muita política”. Relata que a política dos técnicos fortalecia ao autoritarismo valorizava muito o saber técnico e não reconhecia os canais de comunicação em consequência. não tinham a cultura de escutar a população por reconhecer somente o saber científico. Esse tipo de política dos técnicos “hipervalorizava a técnica, da gestão e da administração sobre o governar, o articular, o participar, o discutir. É a política dos técnicos, dos executivos, de algum modo associada à tecnocracia”.

5.2 MARCOS LEGAIS DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A Conferência Nacional de Políticas para Mulheres se configura como um marco na história das mulheres brasileiras. As conferências fazem parte de um processo de transformações que se expandiu no Brasil a partir de 2003, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Já podemos registrar importantes conquistas como o (PNPM) em 2013- 2015, A Lei Maria da Penha e a Construção do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. As conferências se configuram em um grande espaço aberto entre a sociedade civil e o poder público, que são discutidas demandas e propostas desde os bairros dos municípios mais distantes.

De acordo com Nogueira e Miotto (2006, p. 4) como fruto das lutas populares e sindicais a área da saúde foi a que mais obteve sucesso no que diz respeito ao fortalecimento dos direitos sociais, fato refletido na constituição de 1988. O direito a saúde tornou-se universal, não condicionado a contribuição legitimando a todos a garantia do pleno acesso aos serviços, sem condicionantes discriminatórios ou excludentes oportunizando a todos os cidadãos, independente de raça, credo, religião, gênero, opção sexual ou classe social.

Através dessas conquistas sociais começaram a surgir espaços para tomadas de decisões políticas no campo sanitário em conjunto com os cidadãos com o objetivo de alcançar uma gestão democrática dos serviços de saúde por meio da participação popular, proporcionando o controle social, por diferentes sujeitos coletivos, com a finalidade do diálogo de suas demandas entre si e com o Estado. Esse avanço só foi possível, em 1990, com a aprovação das Leis Federais 8080/90 que diz respeito à organização e regulamentação das ações de saúde e da Lei nº 8.142/90 que corresponde ao financiamento da saúde e a participação popular (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 4).

A Lei n. 8.080, de 19/9/1990 Lei Orgânica de Saúde (LOS) é clara ao estabelecer em seu Art. 2º, o dever do Estado em prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio das políticas públicas. Através da aprovação da LOS é organizado o Sistema Único de Saúde (SUS) que prevê objetivos e atribuições em seu capítulo I como “a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde”. No Art. 6º, estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a alínea c, que apresenta questões relacionadas à saúde do trabalhador; e:

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo.

Outro avanço social é garantido através da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) que foi elaborada em 2004, a partir de diagnóstico epidemiológico da situação da saúde da mulher no Brasil e do reconhecimento da importância de se contar com diretrizes que orientassem as políticas de Saúde da

Mulher. A PNAISM teve como base o Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher (PAISM), elaborado, em 1984, no contexto da redemocratização do país/ Conferência de Alma - Ata (1978) e com a participação dos movimentos sociais e de mulheres, em especial o movimento feminista.

Simões (2014, p. 112), destaca a importância da participação popular como um meio de “controle social, exercido pela sociedade civil, para garantia de direitos sociais, superando os mecanismos tradicionais limitados ao controle técnico-burocrático”. Afirma que os conselhos e as conferências constituem fóruns, privilegiados em que se efetiva essa participação.

Na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2011 (CNPM) foram discutidos alguns marcos legais dos direitos e das políticas para as mulheres. Em 1999 conquistam o direito cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer por meio da Lei nº 9.797, de 06.05.1999. Em 2002 é instituída a carteira nacional de saúde da mulher no âmbito do SUS através da Lei nº 10.516, de 11.07.2002.

É reeditada uma norma técnica do Ministério da Saúde (MS) em 2005 que dispõe sobre a Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. No mesmo ano em 2005 é garantido o direito as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, no âmbito do SUS por intermédio da Lei nº 11.108, de 07.04.2005 que altera a Lei nº 8.080. São efetivadas ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do SUS através da Lei nº 11.664, de 29.04.200 (3ª CNPM, 2011).

De acordo com o (PNAISM/ 2004, p. 11) no Brasil à evolução das Políticas de Atenção à Saúde da Mulher foram inseridas nas primeiras décadas do século XX, sendo restritas, nesse período, as demandas relativas à gravidez e ao parto. Nas décadas de 30,50 e 70, os programas materno-infantis, faziam uma leitura limitada sobre a mulher, baseada em sua peculiaridade biológica e no seu papel social de

mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares.

Os movimentos feministas brasileiros criticavam essa visão fragmentada que os programas materno-infantis tinham sobre as mulheres com uma visão reducionista onde só tinham assistência a saúde no ciclo gravídico-puerperal, ficando sem serem assistida no decorrer da sua vida. Em função disso o movimento de mulheres contribui para inserir na agenda política nacional, questões, até então, relegadas ao segundo plano, por serem consideradas restritas ao espaço e às relações privadas (PNAISM/ 2004, p.15 - 16).

Passaram a serem discutidas questões associadas à sexualidade e à reprodução, as dificuldades relacionadas à anticoncepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a sobrecarga de trabalho das mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico e de criação dos filhos (PNAISM/ 2004, p.15 - 16).

A Criação da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, representou um marco para uma nova concepção de saúde, para além de um enfoque centrado na doença. O enfoque biológico avançou ao século XX, porém entrou em conflito entre essa concepção e o enfoque social (SILVA; SOUZA; SILVA, 2013, p. 46).

Vale ressaltar que a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais (CNDSS) apresenta a seguinte definição para os Determinantes Sociais (DSS): “são fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população” (SILVA; SOUZA; SILVA, 2013, p. 47).

Com o objetivo de proporcionar um atendimento humanizado na gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como a criança ao direito o nascimento seguro, o MS Institui no âmbito do SUS a Rede Cegonha através da Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Constituindo uma rede de cuidados que visa assegurar a mulher o direito ao planejamento reprodutivo o art. 3º da Portaria nº 1.459 apresenta os objetivos da Rede Cegonha:

I - fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses;

II - organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade; e

III - reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal.

A CLT foi promulgada dia 1 de maio de 1943 e contempla um capítulo com 27 artigos referente à proteção do trabalho da mulher, que se justificam pela necessidade de tratamento igualitário de gêneros no meio trabalhista. Como citado acima temos várias legislações de proteção à mulher e isso se configura como uma conquista, mas não podemos perder de vista que a sua efetivação ainda não é totalmente efetiva. No capítulo III, da CLT, referente à Sessão I, da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra Mulher tem por finalidade legitimar políticas de igualdade entre homens e mulheres:

Art. 373 - A duração normal de trabalho da mulher será de 8 (oito) horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 373-A - Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.

Em muitos locais as relações de trabalho e o ambiente ainda continuam como espaços de discriminações evidentes e muita das vezes mascaradas, no que se refere “ao seu estado civil, a maternidade, ao assédio sexual, as punições por falta ou atrasos para assistirem os filhos, entre outros aspectos”. Outros desdobramentos das mulheres se referem à governabilidade do lar onde não acontece uma divisão sexual das tarefas domésticas entre seus cônjuges impactando em uma sobrecarga entre as mulheres, questões como falta de infraestrutura pública e a segregação ocupacional (COELHO, p. 2002, p. 66).

Coelho (2002, p. 66), menciona que esses fatores interligados dificultam e criam obstáculos, exigindo esforço extra das mulheres para preservarem seus empregos. A CLT, como forma de minimizar as desigualdades existentes entre os gêneros

registra em seu capítulo III, Sessão IV, Dos Métodos e Locais de Trabalho em seu artigo 399 que toda empresa é obrigada:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da Lba ou de entidades sindicais.

A Constituição de 1988 aborda em sua legislação avanços em relação à seguridade social onde configura em seu art. 194 “um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social”. Segundo Simões (2014, p. 152), o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) foi criado em dois de julho de 1990 através do Decreto n. 99.350, de 27/6 / 1990 com o objetivo de assegurar benefícios contra riscos de doença, invalidez e morte, incluindo os que resultam de acidentes ou doenças do trabalho, velhice, reclusão penitenciária e maternidade, assegurando, ainda, pensão aos dependentes do segurado falecido.

Concomitante a legitimação da proteção dos direitos sociais temos a CLT que abarca em seu capítulo III, Sessão V, questões referente da Proteção a Maternidade:

Art. 391 - Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Lei nº 12.812, de 2013).

Simões (2014, p. 167), destaca que o salário maternidade é um benefício pago durante a licença-maternidade a empregada gestante, no valor de seu salário integral, durante 120 dias, a contar do 28º dia antes da data presumida do parto, indicada no atestado médico. Ressalta que por meio do programa Empresa-Cidadã, em 2008 foi autorizado o aumento da licença-maternidade para 180 dias, concedendo as empresas, que aderirem o programa, descontarem o valor do salário

desse acréscimo de 60 dias no recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) referente à lei 11.770 de 2008. De acordo com a CLT legitimado em seu artigo 392: “a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário”.

Saffioti (2004, p. 74), no que tange ao significado da violência e todos os impactos que surgem desse fenômeno, a autora evoca que na sociedade patriarcal em que vivemos, permanecem uma forte propagação, ou seja, uma banalização da violência de forma que há uma aceitação e até certo estímulo da sociedade para que os homens possam exercer sua masculinidade alicerçada na força e na dominação com amparo na organização social de gênero.

Diferencia e detalha as particularidades e os contextos em que ocorrem de preferência os seguintes tipos de violência: contra a mulher, de gênero, doméstica, intrafamiliar entre outras. Nesse contexto, faz parte de seus estudos à ocorrência do “feminicídio”, que segundo ela, consiste na feminização da palavra homicídio e é um fenômeno rotineiro na atualidade (SAFFIOTI, 2004, p. 72 - 73).

O conceito de violência está associado à ruptura de qualquer forma de integridade da vítima seja ela física, psíquica, sexual ou moral. Percebe que somente a psíquica e a moral situam-se fora de ações visíveis dificultando a comprovação da violência por parte do agressor. Destaca que as vítimas de abusos físicos, psicológicos, morais e sexuais é percebido pelos cientistas como indivíduos com mais probabilidade de reproduzir a violência sofrida, do mesmo modo, como se mostra mais propenso as tentativas sexuais ou violência física ou psíquica do agressor (SAFFIOTI, 2004, p. 17 - 18).

Em nível de política pública referente à violência doméstica e familiar a Lei Maria da Penha Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 é instituída como a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Sendo um importante instrumento na luta pelo fim da violência contra as mulheres. A referida lei representou uma verdadeira conquista na história da impunidade. Por intermédio dela as mulheres em situação de violência passaram a ter direito a proteção, fortalecimento de sua autonomia e com isso a lei cria meios para um atendimento humanizado.

Em seu art. 5º a Lei Maria da Penha Lei nº 11.340, de 07.08.2006, caracteriza o conceito de violência doméstica e familiar:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A 3ª CNPM também discutiu alguns marcos legais dos direitos e das políticas para as mulheres no âmbito da violência doméstica e familiar. Em 2001 foi legitimada a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que dispõe sobre o crime de assédio sexual. Mediante a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, autoriza o poder executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Outra conquista destinada às mulheres ocorreu em 2010 com a alteração da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) com o objetivo de estabelecer diretrizes para o funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres.

Com base na aprovação presidencial da Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que normatizou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas, (Emenda Constitucional nº 72/2013), acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro desemprego.

A Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, dispõe sobre o contrato e trabalho doméstico e tem como objetivo estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Em seu art. 1º defini o empregado doméstico:

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei (BRASIL, 2015).

A PEC das Domésticas representa de forma clara o início de uma era de direitos e deveres melhores definidos no emprego doméstico brasileiro. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011 “o emprego doméstico é de preferência feminino no Brasil e abriga uma das maiores categorias de trabalhadores”. Portanto, estimava-se que 6,6 milhões de pessoas estavam ocupadas nos serviços domésticos no país. Deste total, o contingente de mulheres correspondia a 6,1 milhões (92,6%).

Em relação à participação política feminina a Lei nº 12.034, de 29.09.2009 altera as Leis n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, Leis dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 em relação ao Código Eleitoral. O art. 45 da referida lei dispõe sobre a melhoria e expansão feminina na política: “IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)”.

O século XIX se caracterizou por duas frentes de luta do operariado por melhores condições de trabalho e a luta pelo direito de cidadania. Embora, a luta pelo sufrágio universal, pela ampliação dos direitos de cidadania, não incluía, no entanto, o sufrágio feminino. Esta luta foi específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi um dos movimentos políticos que mobilizou em torno de 2 milhões de mulheres, o que tonou esse movimento de massa de maior significação no século XX. Em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres, terminando assim uma luta iniciada há 72 anos antes (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 42 - 45).

É possível perceber, a partir do que foi exposto, que tivemos avanços significativos em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres direcionadas à proteção a maternidade, atenção à saúde da mulher, ao enfrentamento da violência doméstica e a legitimação do (PNPM) em 2013-2015. No próximo capítulo será explicitado sobre os resultados e discussões das categorias analisadas com a finalidade de responder os objetivos específicos da referida pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este último capítulo busca analisar os dados da pesquisa, a princípio foi utilizada a categoria para identificar às mães universitárias do curso de Serviço Social, no decurso da pesquisa foram utilizadas as categorias referentes ao gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho doméstico, a maternidade e educação dos filhos e profissionalização.

6.1 IDENTIFICAÇÕES DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA Emescam

Serão apresentadas informações relativas à primeira categoria desta pesquisa de campo realizada na Emescam que concerne à identificação das mães universitárias do curso de Serviço Social. Portanto, os participantes da pesquisa selecionados se referem a seis mulheres de 20 a 40 anos, mães, universitárias que vivenciaram ao mesmo tempo a maternidade, trabalho e os estudos. Para tanto, os dados da tabela 9 correspondem à idade, escolaridade, ocupação atual, estado civil, número de filhos e à idade, ano e período que se inseriram na faculdade.

TABELA 9 – Identificação de 06 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES

Pseudônimo	Vênus	Marte	Júpiter	Terra	Mercúrio	Netuno
Idade	31	21	32	25	31	29
Escolaridade	7º período	7º período	5º/6º período	8º período	5º período	8º período
Ocupação Atual	Estudante	Estudante	Agente de Saúde/ Estagiando	Estudante	Agente Socioeducativa/ Estagiando	Agente de Saúde / Estudante
Estado Civil	Casada	Solteira	Casada	Casada	Casada	Casada
Nº de filhos/ idade	1 filho/ 1 ano e dois meses	1 filho/ 1 ano e dois meses	3 filhos/ 16, 6, 1 ano	1 filho/ 3 anos	2 filhos 8 anos/ 2 meses	2 filhos 5 anos/ 2 anos
Ano e período que se inseriu na faculdade	2012/ 1	2012/1	2013/1	2012/1	2013/2	2012/1

Fonte: Elaborado pela autora

As formas escolhidas para identificação dos sujeitos da pesquisa foram por meio do sistema solar a fim de associar a Mãe Terra a Mãe generosa, geradora de toda a vida. Das entrevistadas, a metade estuda e trabalha tendo que conciliar suas diversas tarefas de modo constante.

TABELA 10 - Faixa etária de 06 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES

Idade	Mães Universitárias
20 – 30	3
31 – 40	3
Total	6

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à faixa etária das entrevistadas na pesquisa é possível observar que metade das mães universitárias encontram-se na faixa etária de 31 - 40 anos. Donelli e Beltrame (2012, p.208) fazem referência ao pensamento de Lima *et al.*(2010), ressaltam que dentre os fatores que levam ao adiamento da maternidade, estão a disponibilidade dos métodos contraceptivos, postergação do matrimônio, níveis educacionais e profissionais elevados e conquista de estabilidade e independência financeira.

Ao prosseguir com a análise das faixas etárias das entrevistadas da IES, entre 20 - 30 anos, verificou-se que metade das participantes está entre 20-30 anos.

Em relação ao nível de escolaridade todas as entrevistas estão cursando a faculdade do curso de Serviço Social noturno, duas entrevistadas estão cursando o 7º período, uma está desperdiçada cumprindo matéria em dois períodos no 5º e 6º simultaneamente, duas acadêmicas no 8º período em fase de conclusão de curso e a penúltima entrevistada no 5º período. Mais da metade permanece estudando e trabalhando.

No item referente à ocupação atual, três entrevistadas identificadas como Vênus, Marte e Terra não se encontram trabalhando. No momento relatam que já concluíram o estágio extracurricular. Uma acadêmica caracterizada como Netuno mantém-se trabalhando como agente comunitária de saúde e em fase de conclusão

do estágio obrigatório. As duas últimas mães Júpiter e Mercúrio permanecem no mercado de trabalho e estagiando, sendo que uma das entrevistadas executa atividades como agente comunitária de saúde e a outra como agente socioeducativa.

TABELA 11 - Estado Civil de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES

Estado Civil	Mães Universitárias
Casadas	5
Solteiras	1
Total	6

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 11 apresenta o estado civil das seis entrevistadas cinco declaram-se casadas. A entrevistada que se declara solteira informa que os avós e familiares ajudam na criação de sua filha. Bruschini (2007, p. 538) em relação ao perfil das trabalhadoras, “de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães, o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família”.

TABELA 12 - Quantitativo de filhos de 6 mães universitárias do curso de Serviço Social da IES

Entrevistadas	Quantidade
Vênus	1
Marte	1
Júpiter	3
Terra	1
Mercúrio	2
Netuno	2
Total	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Das entrevistadas, três declaram possuir um filho, duas participantes permanecem com dois filhos e uma mãe revela ter três filhos.

Quanto ao ano e período que se inseriram na faculdade das seis entrevistadas quatro entraram na faculdade no ano de 2012 no primeiro semestre e duas em 2013 no segundo semestre do curso de Serviço Social da IES.

A tabela 13 consta um quantitativo por curso/ ano das alunas que deram entrada em licença-maternidade nos últimos quatro anos referente aos cursos Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Serviço Social que são ofertados pela IES.

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Acadêmica da IES, referentes às alunas que deram entrada em licença-maternidade no período de 2012 a 2015, das sete universitárias do curso de Enfermagem, cinco retornaram as suas atividades acadêmicas e duas cancelaram suas matrículas quanto às acadêmicas de Fisioterapia ocorreram três licença-maternidade sendo que uma mãe retornou e duas cancelaram. Em relação ao curso de Farmácia foi registrada uma solicitação de licença-maternidade e retorno da aluna a faculdade, em referência ao curso de Serviço Social foi registrada sete solicitações e todas as estudantes deram continuidade aos estudos quanto ao curso de Medicina e Pós-Graduação não foram registradas nenhuma solicitação nos últimos quatro anos analisados.

Em tempo, foi realizado um roteiro de perguntas semiestruturadas online com o intuito de conhecer quais fatores levaram essas acadêmicas a cancelarem as matrículas no curso superior, após o nascimento de seus filhos, embora, nenhuma respondeu.

TABELA 13 - Solicitações de licença-maternidade no período de 2012 a 2015 na IES

Quantitativo por curso/ano				
CURSO	2012	2013	2014	2015
Enfermagem	3	1	1	2
Farmácia	-	-	1	1
Fisioterapia	1	-	2	
Medicina	-	-	-	-
Serviço Social	-	1	4	2
Pós-graduação	-	-	-	
Total	4	2	8	5

Fonte: Secretaria Acadêmica da IES

A pesquisa empírica concentra-se de maneira específica nas acadêmicas do curso de Serviço Social por ser um curso noturno e por metade das mães estarem inseridas no mercado de trabalho e no campo de estágio. Das sete universitárias do que solicitaram pedido de licença-maternidade seis alunas foram entrevistadas, dentro da faixa etária de 20 a 40 anos de idade, mães, universitárias e que tenham se afastado da faculdade por motivos de licença-maternidade nos últimos quatro anos, retornando às suas atividades acadêmicas após esse período.

TABELA 14 – Retornos das solicitações de licença-maternidade no período de 2012 a 2015 na IES

Quantitativo por curso		
CURSO		
Enfermagem	7 licenças	2 desistências
Farmácia	1 licença	1 retorno
Fisioterapia	3 licenças	2 desistências
Medicina	Nenhum registro	
Serviço Social	7 licenças	7 retornos
Total	17 solicitações	4 desistências

Fonte: Secretaria Acadêmica da IES

6.2 GÊNERO E TRABALHO

Os resultados apresentados abaixo pretendem propiciar a reflexão sobre as experiências de mãe, estudante e trabalhadora da mulher contemporânea onde tem por objetivo específico da referida pesquisa. A primeira subcategoria elencada explana sobre ao retorno ao mercado de trabalho e a faculdade e as unidades de registro se referem: deixar os filhos e conciliar as tarefas.

A autora Carloto (2001) chama atenção para reflexão de Harvey (1992), quando comenta que, nas últimas décadas houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade passam a ser reformulados, alterando-se práticas quotidianas e mentalidades. Mas, apesar dessas transformações isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que "ajudam no orçamento familiar", enquanto aos homens cabe o papel de provedor.

Em relação ao mercado de trabalho eu vejo, assim, por um lado é um pouco pesado. Quanto à mulher mãe, já é difícil mulher no mercado de trabalho e mãe ainda já tem aquele peso a mais, vai precisar pegar um atestado, não tem com quem deixar o filho e tem sempre essa problemática (Terra).

De acordo com Coelho (2002, p.5) a presença dos filhos é o fator que mais interfere em relação à participação feminina no trabalho. Maiores responsáveis pela guarda, pelos cuidados e pela educação destes e vivendo a situação de insuficiência de equipamentos coletivos, como as creches, as mulheres enfrentam limitações para o trabalho, principalmente se os ganhos financeiros não conseguem cobrir os custos com os cuidados das crianças. O depoimento a seguir contribui para a reflexão desses desdobramentos:

A gente é vista como negligente porque tem que deixar esse filho em casa para voltar de certa forma a nossa rotina, porque, o certo seria estar acompanhado esse filho com amamentação até seis meses, coisa que eu não pude dar essa exclusividade para minha filha, porque eu tive que voltar para a faculdade e para o estágio [...] (Marte).

Martins Filho (2012, p. 76), destaca que o ideal seria o primeiro ano de vida da criança sob os cuidados maternos e orienta a adiar o máximo possível a entrada das crianças na creche. Recomenda que as mulheres priorizem o tempo de dedicação com os filhos, que reservem depois do sexto mês meio período ao trabalho e o resto do tempo com os filhos.

Ele foi para a creche com cinco meses, acabou a licença-maternidade eu consegui mais um mês de férias. Eu tive alguns problemas que eu não podia faltar [...] aí eu tive um pouquinho mais de dificuldade, tanto que teve uma vez que eu precisei faltar e não consegui levar atestado e esse dia eu perdi o dia de trabalho, então, é complicado (Terra).

A partir dos depoimentos das participantes da pesquisa Terra, Júpiter, Mercúrio e Netuno, sobre ao retorno ao mercado de trabalho e a faculdade, observou-se que as entrevistadas registram dificuldades de conciliar maternidade, trabalho e faculdade.

Em relação ao mercado de trabalho eu vejo, assim, por um lado é um pouco pesado. O empregador enxerga dessa forma, ter uma mãe como empregada porque a partir daquele momento ela tem outras responsabilidades, então, quer dizer que ela não terá cem por cento de disponibilidade para o trabalho (Terra).

Quando eu voltei para a faculdade eu estava meio perdida, eu senti que parecia que estava começando do zero, porque fiquei muito tempo afastada do pessoal uns seis meses aqui na faculdade (Júpiter).

Eu acho que pela sociedade agente é vista como muito frágil, como se aquilo ali fosse muito difícil e é difícil. E realmente não é uma questão muito fácil conciliar tudo aquilo para estar ali [...] (Mercúrio).

É difícil, não é fácil você conciliar. Eu durmo pouquíssimo, mas eu dou conta. Muitas vezes por conta da faculdade meu marido assume a função de pai, mãe e dona de casa e nesse período de trabalhos e provas finais, mas eu sei que é provisório e vai valer apenas e já vale a pena (Netuno).

Na percepção de Bruschini (2007, p. 545-546), de todos os fatores relacionados à esfera reprodutiva, a presença de filhos pequenos é aquele que mais dificulta a atividade produtiva feminina, na medida em que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres. As mães dedicam a estas atividades quase 32 horas do seu tempo semanal, um número muito superior ao da média feminina geral e mais ainda ao das mulheres que não tiveram filhos.

No meu trabalho antes era muito difícil às pessoas conciliarem isso a princípio eles criavam conflitos falando que eu não iria conseguir conciliar vida acadêmica, trabalho e filhos (Netuno).

Essa relação sempre vai ser conflituosa né, porque o empregador nunca gosta que você no caso perca um dia de serviço. Só que no meu caso a minha coordenadora me auxiliou bastante pelo fato de ser mulher e também estar gestante [...] (Vênus).

A segunda subcategoria elencada explana sobre rendimento familiar e as unidades de registro identificadas se referem: remuneração masculina superior, remuneração feminina inferior.

Araújo e Ribeiro (2001, p. 2) mencionam que as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho quando, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função ou recebem salários menores porque tem acesso apenas as ocupações pior remuneradas. No primeiro caso, a discriminação é salarial e no segundo caso, temos a discriminação ocupacional, onde a variável de seleção é o sexo. Segregação ocupacional implica não apenas que homens e mulheres estejam segregados em diferentes ocupações, mas também que as ocupações nas quais as mulheres se concentram sejam mais mal remuneradas.

Não, a dele é maior eu ganho metade do que ele ganha, a contribuição dele é bem maior, eu falo que as despesas de filhos ficam mais comigo, mas a contribuição dele é bem maior (Mercúrio).

Hoje ele contribui mais, assim mais do que eu pelo fato que eu no momento não estou contribuindo e por que o emprego dele é integral e o meu estava sendo meio período. E a gente sabe que não ganha tão bem, então, a contribuição dele é maior (Vênus).

Giuberti e Menezes Filho (2005, p. 370) compreendem que a diferença de rendimentos entre homens e mulheres poderia ser explicada pelas diferenças entre as características médias destes dois grupos, como experiência, idade, educação e setor de trabalho. Porém, essas características geralmente explicam apenas parte dessa diferença, sendo o restante atribuído a um componente residual associado à discriminação.

Giuberti e Menezes Filho (2005) mencionam a Cavalieri e Fernandes (1998) no qual mostram, em seu estudo pioneiro realizado para o Brasil, que os salários dos homens eram, em média, 58,38% maiores que os das mulheres em 1989.

A gente vê todos os dias que a mulher e o homem muitas vezes têm a mesma função, mas ganha menos e infelizmente existe muito esse preconceito [...] (Júpiter).

Araújo e Ribeiro (2001, p. 2) declaram que uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, desde os anos 70, foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A População Economicamente Ativa (PEA) feminina cresceu 260% entre 1970 e 1990 enquanto a masculina apenas 73% de acordo com o IBGE. Contudo, a inserção feminina no mercado de trabalho tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos.

Acredito que não seja equivalente até mesmo porque enquanto estudante acadêmica você não tem um emprego fixo tem o estágio, então, a renda é bem menor que meu companheiro que recebe mais de um salário mínimo. Atualmente recebe cerca de dois salários mínimos, ele fica com toda a responsabilidade da casa (Terra).

Manganelli (2012, p. 10) analisa que a taxa anual de emprego das mulheres mostra-se mais elevada que a masculina desde os anos de 1980. Todavia, esse aumento da representatividade feminina ainda não resultou em uma igualdade de rendimentos. No Brasil, as mulheres recebem, em média, 70,7% do rendimento auferido pelos homens, para exercer os mesmos trabalhos, sendo que a situação se agrava, quando ambos têm doze anos ou mais de estudo, e, neste último, o rendimento médio delas é de 58% do deles (IBGE, 2010).

[...] Então eu acho que mais falando em termos de empresa eu tenho a visão que o homem ainda é bem mais remunerado do que a mulher. Eles fazem a mesma função, porém, é mais remunerado (Vênus).

Além dos vários relatos das entrevistadas a participante Terra não percebe as desigualdades de rendimentos entre os gêneros e relata que nos dias de hoje evidencia uma igualdade de salários por conta das legislações vigentes.

Em questão geral hoje eu não vejo tanto assim não, eu já vejo mais uma equidade, isonomia de salários entre homens e mulheres e com as normatizações, leis da CLT eu acredito que é um pouco mais difícil [...] eu

não vejo essa diferença tão marcante, mas eu não duvido que tenha, mas eu não vejo (Terra).

Em contraponto as outras participantes a entrevistada Netuno declara que sua renda é superior a de seu cônjuge.

A minha é maior do que a dele, ele está no segundo casamento e paga uma porcentagem já para os filhos do primeiro casamento, então, é um dinheiro que eu não conto dentro da nossa casa. E eu sendo funcionária pública ganho um pouquinho a mais que ele [...] (Netuno).

Quanto à participação no orçamento familiar às entrevistadas Marte e Júpiter afirmam que sua parcela na contribuição familiar é mínima em relação ao companheiro, como aparece nos relatos a seguir:

Não a minha contribuição assim é mínima, a minha renda familiar fica mais para mim do que para a casa eu não tenho nenhuma pressão de ter que deixar meu dinheiro todo para casa (Marte).

Eu acho que ele gasta mais, porque antes eu contribuía mais aí depois eu me revoltei e falei que eu não ia pagar mais nada e deixei por conta dele [...] Eu só ajudo contribuo com o ticket mesmo e as roupas das crianças, sapatos fica por minha conta (Júpiter).

A terceira subcategoria elencada explana sobre mercado de trabalho e gênero e as unidades de registro identificadas se referem: Sexo frágil, Promoção masculina e Disponibilidade do homem.

Sayão (2003, p. 2-3) discute que as construções simbólicas provenientes dessas concepções indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil, com menor número de neurônios e, ainda, situado na esfera da vida reprodutiva. Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos.

Em todo aspecto social nos percebem como frágeis até na faculdade mesmo as pessoas te olham de uma forma diferente parece que tudo se torna mais difícil para você fazer e nem sempre é assim nem tudo é tão difícil, quanto às pessoas imaginam (Mercúrio).

Avaliando a situação de maior disponibilidade do homem para o trabalho em relação à mãe-trabalhadora, que arca com as múltiplas tarefas diariamente e com o cuidado dos filhos, a participante Marte registra no depoimento abaixo os desdobramentos femininos:

Sim, eu acho que é muito levada em conta a maior disponibilidade do homem acho que até mais pela frequência, é raro o homem ter que faltar. A mulher sempre tem alguns empecilhos a mais que falta mais, como em relação ao filho a mulher sempre é chamada para cuidar desse filho. O pai não deixa de ir para o serviço para atender esse filho para a consulta médica (Marte).

Manganelli (2012, p. 23) evidência que mesmo com o grande aumento da força de trabalho feminina no mundo, permanecem as diferenças com relação a salários e a igualdade de tratamento nas promoções quanto ao gênero. Em média, mesmo mais educadas do que seus pares, elas ocupam proporcionalmente um índice bastante inferior nos postos de trabalho em cargos de comando, expressando não apenas um desperdício grande de talento, mas também demonstrando investimentos mal sucedidos em educação.

De contratação não e nem de demissão, mas de promoção no trabalho em si sim. A agente socioeducativa mulher é vista de uma forma que ela não contribui. O sistema socioeducativo principalmente no Espírito Santo ele é muito militarizado eles tendem a ver os homens de uma forma mais viril [...]. Devido justamente uma questão de força física e não de jeito e eles às vezes consideram as mulheres o sexo frágil (Mercúrio).

Na área que eu atuava na área de Serviço Social, não tem esse conflito de gênero só que no sistema prisional com certeza. E eu to falando num todo e acho que eles visam mais o homem por não ter licença-maternidade, não tem TPM, não falta serviço para cuidar de filho quando adoece (Vênus).

Os relatos acima nos convidam a refletir sobre as desigualdades de gênero em relação à situação da mulher no mercado de trabalho, mesmo com o grande aumento da população ativa feminina as disparidades se manifestam no tratamento destinado aos gêneros no que diz respeito aos rótulos destinados as mulheres como sexo frágil, a função de mãe-trabalhadora onde destinam cuidados a sua prole e que necessitam se ausentar do trabalho quando necessário.

6.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO

Para Hirata e Kergoat (2007, p.597) a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e na socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

reprodutiva e, ao mesmo tempo, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Os resultados apresentados abaixo pretendem propiciar a reflexão sobre as vivências da mulher contemporânea relacionados à divisão sexual do trabalho doméstico onde tem por objetivo específico da referida pesquisa.

A primeira subcategoria elencada discute sobre a participação masculina e as unidades de registro se referem: auxílio, conflitos no lar, criação.

Para compreender o que significa ser mulher e as especificidades da vida das mulheres, há que se compreender como mulheres e homens se constituem como sujeitos sociais, no contexto da sociedade contemporânea. Os estudos feministas discutem as relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens e destacam que às relações de poder, parecem ter sua gênese na constituição das sociedades, tanto quanto na divisão sexual do trabalho. Isso explicaria, entre outras coisas, a naturalização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças (além de gerá-las) como pertencentes ao mundo feminino, bem como, de outro lado à inserção social dos homens no espaço público (FONSECA, 2000, p. 4).

A mulher fica por conta dos filhos, da casa, da comida e da roupa e o homem faz serviços bancários paga a conta e até vai ao supermercado, faz serviços externos (Netuno).

A responsabilidade da manutenção da casa fica na maior parte com a minha mãe, meu pai tem uma jornada de trabalho igual à da minha mãe, os dois trabalham fora, mas quem atua mais dentro de casa é a minha mãe, somos quatro meninas e dividem entre a gente mesmo as mulheres (Marte).

Wagner *et al.* (2005, p. 182) fizeram referência aos autores Greenstein (2000) Rocha-Coutinho (2003) no qual percebem que a divisão das tarefas domésticas, criação e educação dos filhos parecem não acompanhar de maneira proporcional as mudanças decorrentes da maior participação da mulher no mercado de trabalho e do sustento econômico do lar. O descompasso dessas mudanças se evidencia em suas mais diversas expressões, como por exemplo, no fato de que o trabalho doméstico continua sendo de modo frequente denominado “trabalho de mulher”.

Hoje não há divisão, na maioria das vezes fica comigo e a única coisa que ele faz ainda é limpar o quintal que é mais físico. E nem sempre porque

quando eu vou lavar o quintal ele me auxilia, mas isso não quer dizer que ele faça sozinho (Vênus).

A reflexão de Bruschini (2007, p. 545) segue de encontro às contribuições de Sorj (2004) na qual mostra que os homens se envolvem, de preferência, em atividades interativas, como cuidar dos filhos, nas que envolvem interseção entre os espaços público e privado, como fazer as compras da casa ou levar os filhos ao médico, nas atividades intelectuais, como ajudar os filhos nos deveres escolares, em oposição às manuais ou rotineiras, como lavar roupa ou limpar a casa, ou ainda em tarefas domésticas valorizadas, como realizar uma culinária mais sofisticada.

E é assim ele me ajuda, mas casualmente a responsabilidade diária é minha ele só consegue cuidar do filho e não consegue fazer mais nada (Terra).

Já cheguei a propor a divisão das tarefas, mas o meu companheiro não faz da maneira que eu espero que faça e eu acabo fazendo novamente, então, eu prefiro fazer. O meu marido não gosta de fazer e é declarado (Mercúrio).

Percebe-se que as entrevistadas orientam seus filhos e dispõem da colaboração dos mesmos na divisão das tarefas domésticas e entendem que está associada à educação desde criança. Nos depoimentos a seguir temos os relatos das participantes Mercúrio, Terra e Vênus:

As tarefas são divididas entre eu e meu filho de oito anos, é ele que eu já ensino que é preciso dividir as tarefas, mas até então as tarefas são minhas (Mercúrio).

Eu percebo de extrema importância, eu educo o meu filho para isso para que ele não reproduza as mesmas coisas que o pai dele faz porque percebo que é uma coisa ligada à criação (Terra)

Eu acho que tarefas domésticas tinham que ser para todo mundo, teria que aprender a fazer desde cedo, tem que ser cultural e principalmente para mães que tem meninos tem que ensinar desde cedo que não é porque é homem não pode fazer (Vênus).

A fala de três entrevistadas que participaram do meu estudo, afirmam que as divisões sexuais das tarefas domésticas acabam gerando conflitos dentro do lar quando o cônjuge não colabora a contento. Desse modo, os dizeres de Júpiter, Terra e Netuno evidenciam certo descontentamento:

Eles colaboram quando as mulheres começam a gritar a dar os ataques delas, e pra ver tudo calmo na família eles vão lá e fazem para ver a mulher calar a boca (Júpiter).

A divisão das tarefas já foi conflituosa no início hoje não mais, porque eu precisava mais no início com criança pequena e o período na faculdade estava mais conturbado eram muitas atividades (Terra).

Tipo ele faz a comida, lava roupa quase todo dia pra não deixar juntar mais impressionante eles não podem passar uma vassoura na casa, não podem lavar um banheiro. Se eu não lavar o banheiro lá em casa ninguém lava, apesar de que quando eles lavam só jogam água pra tirar o grosso mesmo (Netuno).

Hirata e Kergoat (2007, p. 603-604) evidenciam que no “modelo tradicional” no que se refere ao papel na família e papel doméstico assumidos de forma integral pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”, cabe quase que de modo exclusivo às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. O depoimento a seguir contribui para reflexão da separação dos papéis sociais no âmbito doméstico entre os homens e as mulheres:

Em relação a casa as responsabilidades sempre ficam para agente as mulheres, meu pai fica no sábado com o lazer dele e nós mulheres com as atividades da casa (Marte).

A entrevistada Vênus reforça em sua fala a importância da igualdade nas relações de gênero: “na divisão igualitária os dois teriam a mesma responsabilidade e não ter funções específicas todos deveriam fazer as mesmas atividades ter igualdade”.

Observa-se que a mulher ainda ocupa diversas responsabilidades tanto no âmbito privado quanto público e a divisão sexual das tarefas domésticas ainda se manifesta como uma ajuda, um auxílio por parte dos cônjuges, embora, as participantes reconheçam que essa igualdade nas relações de gênero só virá a partir de uma nova cultura que precisa ser difundida às novas gerações. Nos relatos as entrevistadas registram que educam seus filhos independentes do sexo a participarem das atividades domésticas. A segunda subcategoria especificada discute sobre a socialização feminina e as unidades de registro se referem: cultura machista papéis sociais.

De acordo com Oliveira e Santos (2010, p. 13) analisam que as mulheres foram socializadas em âmbito privado, e ficaram com as atribuições da tarefa de cuidar dos filhos, dos pais, do marido, da casa de modo geral, figurando como responsáveis pela manutenção da ordem em casa, apaziguadoras de conflitos, refletindo-se esses cuidados nas atividades que assumem ao participarem dos espaços públicos.

Conforme Antunes (2010) trata-se da construção social sexuada, que impõe e atualiza a chamada “Divisão Sexual do Trabalho”.

A mulher que tem que parar o trabalho e o que ela estiver fazendo, que tem correr com o filho para o médico. E a responsabilidade cai sempre sobre a mulher e se a casa não anda bem a culpa é da mulher (Terra).

Sempre quando tem que faltar no trabalho quando meu filho adoece sou eu, quem é que deixa de ir para faculdade sou eu e não é o meu esposo, e nem no trabalho dele eles aceitariam por achar que é papel exclusivo da mulher (Mercúrio).

O pensamento de Oliveira e Santos (2010, p.13) segue de encontro à discussão proposta por Hirata e Kergoat (2007), onde salientam que a atribuição e a definição mecânica de papéis sociais e de espaços diferenciados para atuação profissional, essa “Divisão Sexual do Trabalho” foi identificada e é levada a cabo até hoje, mas a entendemos não somente como um mero modo de separar as atividades entre homens e mulheres, mas também de classificá-las. São consideradas mais válidas socialmente para as atividades “públicas” dos homens e menos válidas para as desenvolvidas pelas mulheres, apresentando assim aspectos “de separação e hierárquico”.

Agente vê essa separação desde criança [...] Então eu acho que isso vem de geração, desde crianças eles vão crescendo com isso e creio que é um paradigma que tem que ser derrubado (Vênus).

Acho que eu levo uma grande desvantagem por que se eu for questionar com alguém eles vão falar “a mais você é mulher é você que tem que fazer” [...] Acha que o pouco que ele faz é muita coisa e eu por ser muito agitada ninguém entende que o meu estresse é causado pelo monte de coisa que eu faço (Júpiter).

Não me considero em desvantagem e sim a cultura é muito machista e as mulheres se deixaram levar por essa cultura machista [...] Se não mudar a cultura vai continuar da mesma forma (Mercúrio).

Carloto (2001, p. 204) através da contribuição de Saffioti (2004), ressalta que as relações de gênero, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero.

Não me considero em desvantagem e sim a cultura é muito machista e as mulheres se deixaram levar por essa cultura machista (Mercúrio).

Mais olhando por um todo em relação à sociedade em sim tem muita mulher que é muito submissa [...] tenho amiga que não podem trabalhar porque o marido não permite. Elas têm que ficar em casa cuidando dos filhos que é obrigação delas (Marte).

A terceira subcategoria elucida sobre as desigualdades de gênero e as unidades de registro se referem: cuidado doméstico, cultura machista e pressão da sociedade.

Na percepção de Oliveira e Santos (2010) a partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral. As autoras citam como exemplo a área da educação, as escolas e outras instituições educadoras continuam pautando as questões referentes às mulheres no campo da reprodução do machismo, conferindo mais liberdade aos meninos do que às meninas.

A mulher é vista como sexo frágil, ela é vista como se fosse quebrar como se ela não pudesse fazer o que um homem faz. Na realidade agente sabe que não é bem assim. É a mulher que faz mais coisas e que está mais presente. Hoje principalmente nas questões de trabalho a mulher já está na construção civil dominando. Eu acho que a cultura machista torna mais difícil a relação da mulher nessa sociedade (Mercúrio).

Oliveira e Santos (2010, p. 14) faz referência a Faria *et al.* (1997), mencionam que “nos livros didáticos as famílias são sempre brancas, o pai tem um emprego fora de casa e a mãe aparece sempre de avental, servindo a mesa ou costurando”. Os autores chamam a atenção para o fato de que o menino está sempre brincando de caminhãozinho ou bola e a menina está sempre com uma boneca, olhando o irmãozinho brincar de coisas mais interessantes.

Os brinquedos dos meninos são coisas externas como jogar futebol, foguete, carrinho e as meninas são instruídas a cuidar do lar, cuidar da boneca, do fogão, a vassourinha e isso tudo é voltado para a menina. O cuidado doméstico, o espaço privado é remetido à mulher ainda e em relação à educação, comportamentos, a menina tem que ficar de perna fechada e o menino se quiser se amostrar é lindo é elogiado e a menina já é reprimida desde cedo (Marte).

A partir do referencial de Carloto (2001, p. 205) compreende-se que a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta

não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho.

[...] eu que convivo com pessoas diariamente e vejo isso o homem se sentindo o máximo, mais importante e o mais poderoso. E a mulher não pode falar mais alto, não pode se maquiar do jeito que ela quer, não pode usar a roupa que ela quer e não pode ter dois empregos se não ela vai fazer e ser criticada. Se ela não tiver muita força de vontade ela acaba desistindo porque a pressão da sociedade é muito grande (Netuno).

Para Hirata e Kergoat (2007, p.597) foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então de maneira coletiva “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada de graça pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

A mulher hoje em dia tem que ser mais valorizada por que ela está em todos os espaços e ao mesmo tempo ela é mãe, esposa, trabalhadora, estudante (Vênus).

Da mesma forma, Hirata e Kergoat (2007, p.599), destacam que essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie.

Sim ela é reconhecida como segundo sexo porque a sociedade foi formada inicialmente ao redor do homem. A mulher tem uma participação secundária então é por isso que ela está sempre em segundo plano, sempre atrás desse homem em obediência em responsabilidade sempre depois dele (Júpiter).

Mesmo que a escolaridade das mulheres predomina em relação aos homens [...] o papel masculino é muito melhor visto do que o da mulher (Marte).

Sim, é vista como segundo sexo tem sempre essa desigualdade. A mulher está sempre em segundo plano ela nunca tem suas prioridades ela é primeiramente cobrada, tem o dever, agora quando se fala em direitos ela pode esperar um pouquinho já o homem tem que ter suas necessidades supridas prioritariamente (Terra).

A participante Vênus menciona em sua fala como as mulheres são percebidas na sociedade: “[...] tem aquela expressão que a mulher é o sexo frágil e que a gente sabe que na verdade não é o sexo frágil, então, creio que sim que ainda a mulher é vista como segundo sexo”. Desta maneira, as desigualdades de gênero se manifestam em relação às múltiplas tarefas desempenhadas pelas mulheres que são invisíveis dentro da sociedade, no que diz respeito ao acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos equipamentos públicos para inserção dos filhos nas creches entre outros desdobramentos.

6.4 MATERNIDADE E EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Os resultados apresentados abaixo pretendem propiciar a reflexão sobre os impactos, que a mulher de hoje enfrenta ao conciliar maternidade, estudo e trabalho onde tem por objetivo específico da referida pesquisa.

A primeira subcategoria elencada explana sobre os Impactos ao conciliar maternidade, estudo e trabalho e as unidades de registro se referem: qualidade de vida, frustração, estresse.

Na atualidade as responsabilidades da mãe dobraram de acordo com Forna (1999, p. 15) a estabilidade emocional e o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos filhos também estão ao seu encargo. As mães são bombardeadas com mais informações do que conseguem absorver e o conselho é sempre apresentado como o “melhor para o seu bebê”, porém envolve vários outros interesses sociais, políticos e culturais. De acordo com a entrevistada Netuno, um dos fatores ao conciliar maternidade, estudo e trabalho impactam na relação com seu filho quando o mesmo a reconhece como tia e não como mãe conforme no relato abaixo:

O meu filho de dois aninhos começou a falar agora sábado ele virou pra mim e falou assim “o tia”. Ele não me chama de mãe ele me chama de tia. Ele chama a babá de mãe e chama o pai de papai porque o pai fica mais tempo com ele. Então assim meu marido sempre vê como ajuda, mas compreende que preciso estudar, trabalhar, então, me ajuda (Netuno).

Donelli e Beltrame (2012, p.208) diante das particularidades da mulher atual, mencionam o pensamento de Molina (2006) e atenta para o fato de que, hoje, a maternidade não tem uma visão tão atrativa como em outras épocas. Dadas às

características da sociedade pós-moderna, há um aumento de possibilidades e exigências em torno da mulher e de sentimentos de insuficiência frente as responsabilidades:

Eu me sentia excluída na sala de aula, não me sentia a vontade para falar da minha gravidez, da minha filha que estava gerando dentro de mim [...] e se agravou muito no final da gravidez quando um colega de sala veio me denegrir pelas costas “há cadê a grávida do filho sem pai”. Minha mãe foi minha referência e o apoio fundamental para eu aceitar a minha filha e minha gravidez porque era uma coisa que eu abominava continuar com a gravidez. O fortalecimento se deu até no meio familiar entre eu e minhas irmãs (Marte).

As participantes Vênus e Marte em seus depoimentos revelam sentimentos de frustração em não conseguir realizar todas as suas atividades de forma satisfatória, no entanto, demonstram determinação e força para conciliar suas múltiplas tarefas intimidando o estereótipo de “sexo frágil” concebida na sociedade:

Você até faz, mas não faz da forma que você queria então isso te frustra quando às vezes você não consegue desempenhar um papel excelente no trabalho, na faculdade e na criação do seu filho [...] E geralmente quem vai sair prejudicado é o filho, por que o trabalho requer de você doação, a faculdade requer os estudos e você tem que se doar (Vênus).

Em relação à maternidade me sinto um pouco frustrada por essa falta que tenho na vida da minha filha em relação à educação. No que se refere a minha vida eu vejo o meu fortalecimento enquanto mulher de encontrar essa força para poder conciliar (Marte).

Coelho (2002, p. 73), enfatiza que o cotidiano que as mulheres estão vivenciando está relacionado ao estilo de vida moderno, determinado pela própria sociedade. Impondo a si mesmas um ritmo frenético, muitas não conseguem obter uma qualidade de vida plena, com mais espaço para o lazer e para si. A narrativa a seguir ilustra o cotidiano de Mercúrio.

Eu não me vejo frustrada eu me vejo cansada, chegam momentos que eu estou esgotada eu já me peguei falando que eu queria dormir 24 horas para me recuperar porque é muito complicado, mas até hoje tudo que eu tenho traçado eu tenho conseguido (Mercúrio).

Spíndola (2000, p. 357) cita Schirmer (1997) para explicar o fator que mais interfere de maneira negativa na participação feminina no mercado de trabalho é a presença dos filhos: “A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a falta de equipamentos coletivos, como creches, limitam a saída das

mulheres para o mercado de trabalho remunerado”, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil.

O meu filho do meio de seis anos precisava de vaga integral e na época eu quebrei o pau mesmo eu trabalhava na dengue e a preferência era para as crianças que estavam em risco social e eu não me encaixava porque davam preferência para as mães que são usuárias de drogas (Júpiter).

Em relação à qualidade de vida das mães-trabalhadoras, constata-se através das falas das entrevistadas situações estressantes e utilização de medicamentos controlados. Os discursos que se seguem clarificam este aspecto:

Cara eu estou tomando tarja preta. Minha qualidade de vida está péssima, ultimamente tenho adoecido mais do que antes. Qualquer coisa eu estou me estressando, nunca precisei tomar remédio controlado e agora eu tenho que tomar porque eu percebi que eu necessito e até no meu serviço já perceberam que eu estava descontrolada (Terra).

A médica me orientou a fazer atividades físicas, mas o horário é complicado é só correria. A nutricionista falou larga seu emprego e eu falei e você cuida dos meus filhos. Fui chamada atenção no serviço porque meu rendimento caiu. Eu até chorei, porque eu me mato de trabalhar achei que estava super bem. Aquilo foi o fim pra mim naquela semana (Júpiter).

Coelho (2002, p. 73), reporta-se as mulheres como as maiores responsáveis pelos cuidados da família e não tolerando e nem mais podendo permanecer apenas no espaço doméstico, acabam por viver um cotidiano estressante, na tentativa de concretizar vários projetos, nem sempre possíveis de serem articulados entre si. A participante Terra declara que: “Muitas vezes eu me vejo frustrada porque não consigo fazer 100% aquilo que eu planejo, às vezes eu planejo até mais porque eu sei que conseguiria talvez a frustração venha daí”.

A segunda subcategoria elencada explana sobre convivência com os filhos e as unidades de registro identificadas se referem: terceirização do cuidado, tempo insuficiente, valores.

Segundo Martins Filho (2012, p. 81) na maior parte das vezes como os cuidadores não são os pais, a função de educar fica comprometida. Estes profissionais ou exageram na repressão ou falham, agindo de maneira dócil fazendo tudo que a criança quer. Os depoimentos coletados na pesquisa dão um pouco de visibilidade a essa situação.

O retorno ao trabalho foi tranquilo porque minha filha quem toma conta dela é minha irmã né então está em família. Eu me sinto mais segura assim eu acho que se fosse uma pessoa estranha que eu não conhecesse seria mais difícil e como eu trabalho na comunidade às vezes eu passo lá e dou uma olhadinha nela (Júpiter).

Tem momentos que ela acorda assustada ela não me chama, mesmo ela dormindo comigo ela chama uma irmã minha, ou quando minha tia desse ela quer ficar com minha tia. É uma necessidade que ela está vendo em outras pessoas de suprir essa falta que eu faço na vida dela (Marte).

Coelho (2002, p. 72) compreende que mesmo em se tratando de cuidados com os filhos, o que se pode dizer é que o caminho que vem sendo construído pelos homens situa-se hoje mais no campo da ajuda do que propriamente da partilha de responsabilidade. O relato da entrevistada Vênus e Terra revelam a importância dos pais e familiares na educação dos filhos.

Os pais tinham que se inserir mais na educação dos filhos [...] meus pais contribuíram muito para minha educação. Então eu vejo que hoje em dia não é mais dessa forma porque a mulher tem que ir para o mercado de trabalho, por que o marido não dá conta de cuidar da casa sozinho financeiramente (Vênus).

Eu tenho essa preocupação com meu filho hoje de poder dar uma educação melhor que minha mãe pode me dar e também de mais diálogo porque eu não tinha diálogo com minha família. Outra coisa que eu tento ao máximo, mas às vezes é um pouquinho difícil é colocar ele mais próximo dos outros parentes (Terra).

De acordo com Bruschini (2007, p. 542), o debate teórico e as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo. Pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural.

É complicado em conciliar tudo, já teve tempos de misturar tudo na minha cabeça meu trabalho, estágio, filhos, marido, faculdade. É tanta coisa e minha família estava ficando em segundo plano mesmo porque eu não conseguia dar conta. Eu dava uma olhada no livro, rabiscava uma coisa interessante mais não lia, não estava absorvendo (Júpiter).

Boff (2014, p. 12) reporta-se a falta de cuidado como a doença do século em suas análises e compreende que “o cuidado se encontra no “ethos” fundamental do ser humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir”. Desta maneira, segue

as percepções de Netuno e Vênus no que tange a necessidade de transmissão de valores, afeto e cuidados com os filhos.

Tento ser o mais presente que eu posso, e sempre deixo bem claro para eles que não vou dar tudo que vocês querem, mas vou dar tudo que vocês precisam que é minha obrigação, mas o que eu quero dar para vocês que é necessário são o caráter e dignidade o mais vocês vão adquirir com o tempo com a sabedoria de cada um (Netuno).

Você vê que hoje em dia as crianças entram na creche com seis meses e os pais não acompanham esse crescimento e não tem aquele diálogo com o filho. Eles acham que o financeiro hoje em dia é mais importante que o amor o carinho e o cuidado [...] (Vênus).

Martins Filho (2012, p. 71), afirma que viver em família é a melhor solução para a prevenção de distúrbios de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Ninguém, de verdade, pode substituir a relação pessoal, familiar, com a mãe, o pai e os familiares mais próximos, até porque garantem muitos profissionais da psicologia e pediatria, as crianças cuidadas por terceiros, acabam muita das vezes tendo um cuidado mecânico relacionado à higienização, alimentação e nem sempre acompanhadas de paciência, afetividade e carinho. As entrevistadas Mercúrio, Marte e Netuno sinalizam que a inserção da mulher no mercado de trabalho se faz necessária para manutenção da família em consequência terceirizam os cuidados dos filhos.

Eu acho muito difícil terceirizar o cuidado de uma criança, eu acho que quando uma mãe sai ela deixa o coração em casa. Infelizmente é a realidade que agente tem vivido da mulher atual, você precisa ajudar a manter a casa, a manter os filhos, precisa se manter e acaba tendo que terceirizar (Mercúrio).

É tirar de certa forma a responsabilidade dos pais obrigatoriamente pela necessidade do trabalho e passar para as instituições e até mesmo para os familiares, creches, educadores (Marte).

Estão mais submetidas aos professores, aos educadores, as babás pela necessidade até pela questão da sociedade capitalista [...] e esses filhos ficam com familiares ou terceiros e a educação dos pais fica mais em segundo plano muita das vezes (Netuno).

Em relação ao impacto positivo de estarem inseridas na faculdade segue abaixo o depoimento de Terra e Netuno no qual manifestam a aquisição de novos conhecimentos e orgulho de seus familiares.

Eu posso hoje passar valores bem melhores do que se eu tivesse parado a faculdade, conhecimento que eu adquiri todo esse processo de maturidade. Naquela época eu não tinha maturidade para criar um filho e se eu tivesse

parado a faculdade eu teria aquela mente fechada e o que eu iria passar para ele (Terra).

Quando vejo que não estou muito presente, penso e fico triste, mas logo passa, porque eu sei que vale muito apenas, minha filha tem muito orgulho de mim ela diz que quer ser igual a mim, uma mulher que estuda e que trabalha (Netuno).

Donelli e Beltrame (2012, p.209) ressaltam que a emancipação feminina significou uma soma de responsabilidades, conjugando o ser mãe e o ser profissional. Porém, não se pode pensar vida pessoal e profissional de maneira separada. Para o indivíduo construir sua carreira, as metas da vida pessoal e profissional têm que ser pensadas e planejadas em consonância. A entrevistada Vênus resalta que a mulher pode estar desempenhando tanto papéis no âmbito público e privado, embora, não pode perder a sua essência de mãe cuidadora “Lugar de mulher é na política nos espaços públicos [...]. Mas não se pode perder a essência de ser mãe, de cuidar de seus filhos”.

6.5 PROFISSIONALIZAÇÃO

Os resultados apresentados abaixo pretendem propiciar a reflexão sobre as expectativas da mulher contemporânea em relação a sua profissionalização.

A primeira subcategoria elencada explana sobre autonomia financeira e as unidades de registro se referem: independência, dignidade, poder.

Spindola (2000, p. 360) discute que a mulher profissional de enfermagem ou de qualquer outra área sente-se prestigiada pelo fato de "trabalhar fora". Receber salário pelos serviços prestados, ter autonomia e independência financeira são fatores significantes para essas mulheres, denotando liberdade de escolha, possibilidade de comando e direito à voz. Deixar o ambiente doméstico para compor a massa trabalhadora, mesmo com todas as dificuldades inerentes a esta opção, não desestimula aquelas que visualizam a importância de serem trabalhadoras e exercerem a sua "independência".

É uma forma de poder da mulher porque muitas das vezes o salário pode estar atrelado ou inferior ao companheiro e essa mulher colabora no orçamento familiar para completar a renda total da casa (Marte).

De acordo com Coelho (2002, p. 70), o maior ganho, entretanto, foi sem dúvida a percepção feminina sobre o significado do trabalho, como possibilidade emancipadora em sua vida. O ingresso e a manutenção no mercado de trabalho é valorizado pelas mulheres não apenas pelas possibilidades que oferece de ascensão e prestígio, ou como a decorrência de complementar ou suprir a renda familiar. Representa para muitas mulheres também uma realização pessoal, por ser um espaço construído individualmente, no qual se sentem valorizadas como pessoas.

Eu tenho autonomia financeira desde os meus 14 anos de idade é uma luta pessoal, eu aprendi desde cedo que eu queria ganhar o meu dinheiro, a minha independência. Eu comecei cedo e não consigo me ver dependente (Mercúrio).

O sistema do capital nas análises de Oliveira e Santos (2010, p.14) se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho. Na essência dessas determinações é necessária uma luta ampliada para obter uma nova condição social, política e econômica para as mulheres, que possibilite igualdade entre os gêneros.

Hoje em dia agente vê às vezes muitas mulheres sofrendo violência doméstica por conta de ainda não ter autonomia financeira e ter que depender do marido. Então assim toda mulher tem que ir para o mercado de trabalho e buscar sua autonomia sua dignidade eu acho que é essencial para uma mulher (Vênus).

No que diz respeito à autonomia financeira a participante Terra declara como um importante instrumento que impacta na sua liberdade de escolha e realização elevando a uma condição de poder e independência.

Atualmente eu estou sem estágio e nenhuma renda, mas eu já fico preocupada por que eu não vou poder ter as minhas coisas pessoais. Autonomia financeira para mim é muito importante, é não ter que pedir que se rebaixar. Com dinheiro você tem uma autonomia maior, consegue ter uma realização, liberdade, independência (Terra).

Estar inserida no mercado de trabalho é considerado fator de orgulho para as mulheres, que se sentem valorizadas e respeitadas. O discurso de Netuno afirma que “ter uma profissão é ser senhora do seu destino, e aquela liberdade que antigamente a gente não tinha, hoje ainda tem, mas antes era mais difícil eram poucas mulheres que arriscavam ir para a rua trabalhar”.

A segunda subcategoria discute sobre pretensão de continuar os estudos e as unidades de registro identificadas se referem: maior qualificação, aprendizado, salário.

Além dessas transformações demográficas, Bruschini (2007, p. 540-541), declara que as mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Marte destaca que o investimento em sua formação profissional impacta em uma elevação salarial, também sendo uma condicionalidade para sociedade capitalista.

O mercado exige, quanto maior a qualificação maior o aumento de salário e também quanto mais à gente estuda mais agente conhece, maior poder de opinião, mais militância e articulação com as outras pessoas. Nós mulheres somos muito mais estudiosas que os homens, só não somos reconhecidas (Marte).

O capital te exige, se você não tem uma qualificação hoje, você não é nada para o mercado, então, eu acho que hoje é fundamental ter uma profissão (Netuno).

Terra demonstra em seu depoimento que não se percebe fora do meio acadêmico e ressalta a importância de ser uma referência na vida de seu filho.

Tenho interesse em uma especialização voltada para perícia ambiental e também para área de políticas públicas. Eu não me vejo fora do meio acadêmico e eu quero que meu filho siga o meu exemplo. Enquanto profissional eu sempre gostei muito de estudar. Eu também quero que ele venha para esse meio apesar do pai dele não ter interesse nenhum ele tem que ver interesse em alguém (Terra).

Vênus, Netuno e Mercúrio destacam a necessidade em continuar os estudos e registram o interesse em se especializar na área de políticas sociais e no curso de Mestrado.

Então meu sonho é continuar minha graduação, meus estudos e fazer o mestrado na Emescam eu vou tentar pela bolsa de estudo. Penso em fazer uma especialização em políticas sociais e alguma coisa voltada às ciências sociais (Vênus).

Eu vou fazer uma pós em políticas sociais e pretendo fazer um mestrado. Quero fazer outros cursos e estudar mais e mais, não pretendo fazer outra graduação (Netuno).

Eu acabei de começar e tenho muita coisa ainda para aprender é só abrir o leque de oportunidades, agora é continuar. Eu quero me especializar em políticas sociais e penso em fazer uma graduação de direito (Mercúrio).

Na análise de Antunes (2008, p.1- 3) o mundo do trabalho é essencial para a vida humana, ponto de partida no processo de socialização, humanização, pela conquista da dignidade e felicidade social.

Para mim é primordial ter uma profissão. É você alcançar o que você lutou eu estou me esforçando muito pra conseguir essa profissão que eu estou para ser uma assistente social capacitada, envolvida nas políticas. Eu acho que é fundamental você ter uma profissão acho que hoje em dia você é o que você faz e o que você tem, então, o mercado te exige (Vênus).

A terceira subcategoria elencada explana sobre graduação de Serviço Social e as unidades de registro identificadas se referem: consciência de direitos, empoderamento, gestão de pessoas.

Knopp (2014, p. 92) faz menção a Saffioti (2013) e evidencia que o Serviço Social tem sua base de formação nas primeiras instituições que surgiram após a Primeira Guerra Mundial, cujas entidades estavam quase sempre vinculadas as ações da Igreja Católica junto aos trabalhadores urbanos. A década de 1920 foi marcada pela ascensão política do proletariado, que, diante das precárias condições de vida e trabalho a qual estavam expostos mobilizavam-se na tentativa de pressionar a burguesia e o Estado para atender suas demandas.

De acordo com Faleiros (2014, p.712) em concordância com Lacerda (2014), a política social abre a possibilidade de humanizar a vida do trabalhador, cabendo-lhe “humanizar a vida e desenvolver experiências (políticas, artísticas, entre outras) que possibilitem a apreensão do real para além do singular e a percepção da luta de classes”, para tornar as práticas sociais emancipatórias.

Bruschini (2007, p.547-548) menciona em seu estudo os dados da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, 2006) para analisar sobre a expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. A escolaridade das trabalhadoras é muito superior à dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. Em 2005, entre os trabalhadores, 32% delas, mas 25% deles tinham mais de 11 anos de estudo.

Então assim eu tenho paixão pelo Serviço Social eu sou muito grata por essa profissão e acho uma profissão excelente. Hoje em dia eu sei que não é caridade e tenho consciência uma formação política. Eu sou apaixonada em poder lutar por algo que eu sei que está na lei e que é direito do cidadão (Vênus).

Spindola (2000, p. 356) cita Moreira (1999), onde constata que a escolha da mulher pelo "mundo" do trabalho, configura-se na busca por carreiras que se aproximassem das características femininas. Assim, afirma que "a saída de casa deu-se através de profissões tais como enfermagem e magistério, onde a mulher aparece com funções de cuidado e ensino remetidas ao universo familiar". A feminização do trabalho também se manifesta na profissão dos assistentes sociais, a participante Júpiter declara que se identifica com a profissão e que o curso ampliou a sua visão.

Pra mim era mais uma profissional da área da saúde fazendo alguma coisa ou então aquela que pega os seus dados todinhos [...] terminei me identificando porque eu gosto de trabalhar com pessoas e pra mim é um complemento no meu trabalho. No Serviço Social conseguimos ver as pessoas de outro modo. O curso abriu a minha visão (Júpiter).

Em relação à composição da realidade profissional do Serviço Social, Knopp (2014, p. 91) corroborando com Faury (2003) revelam que parte dos assistentes sociais formados são mulheres. Fenômeno que foi comprovado pela recente pesquisa em 2004 realizada pelo CFESS e intitulada de "Assistentes sociais no Brasil". Segundo informações da pesquisa 97% dos assistentes sociais são mulheres e 3% são do sexo masculino. Mercúrio registra que teve como referência para escolha da sua profissão uma assistente social no depoimento abaixo:

A graduação de Serviço Social não fui eu que escolhi foi ela que me escolheu. Quando eu fui para o sistema prisional adulto eu acabei caindo no trabalho de ressocialização e eu trabalhei com uma assistente social que foi

a minha referência para tudo [...] o meu ambiente de trabalho acabou me influenciando positivamente na escolha do curso (Mercúrio).

Marte detalha em sua narrativa a relevância do curso de Serviço Social no que tange ao seu fortalecimento e valorização enquanto mulher e revela a importância da família na decisão de continuar o curso.

Eu vi que é um curso que nos possibilita conhecer as diversas áreas sociais em relação ao empoderamento da mulher porque agente passa a se valorizar mais e o meu fortalecimento se deu aqui na faculdade que me deu total apoio. Graças a minha família eu continuo na faculdade e foi até um incentivo para mim ficar até o fim da graduação (Marte).

Oliveira e Santos (2010, p. 15) faz uma reflexão sobre o papel do Estado frente às questões de gênero, observando em cada momento histórico como este responde ou ignora as demandas de enfrentamento às desigualdades. Amplia-se o debate sobre as políticas sociais e a atenção aos recortes de gênero, raça/etnia, geração e mais recentemente à orientação sexual. A entrevistada Terra demonstra em seu depoimento certo descontentamento em relação às políticas públicas destinadas as mulheres.

Eu acredito que as políticas públicas elas são escritas de uma forma muito bonita e se elas se efetivassem seria muito bom, não teríamos tanta violência como temos hoje. O problema está mais na efetivação e eu não vejo a efetivação nas políticas que são voltadas para a mulher e de um modo geral para a sociedade (Terra).

Meulders *et al.* (2007, p. 613) mencionam que os países europeus costumam adotar políticas tais como sistemas de educação e cuidado infantil e outras infraestruturas complementares, licenças maternidade/ paternidade, licenças parentais, isenções fiscais e alocações familiares para ajudar os pais. Meulders *et al.* (2007) ainda destacam que essas políticas não são suficientes para conduzir à promoção de famílias com dupla inserção profissional. Por isso é fundamental analisar seus efeitos sobre a igualdade no emprego de mulheres e homens.

De acordo com os resultados apresentados, observa-se que em pleno século XXI ainda não existe uma divisão sexual das tarefas domésticas igualitária, nessa perspectiva os homens percebem como auxílio ou ajuda e entendem ser uma tarefa exclusiva das mulheres e às vezes acabam sendo motivo de conflitos nos lares. Em relação aos impactos ao conciliar maternidade, estudo e trabalho algumas

participantes registraram sentimentos de frustração em não conseguir realizar suas atividades de forma satisfatória e relatam situações estressantes e até mesmo a utilização de medicamentos controlados impactado em sua qualidade e vida. No que diz respeito as desigualdade de gênero ainda são latentes e não alcançamos a tão sonhada igualdade de gênero. Mesmo com a expansão feminina no mercado de trabalho nos deparamos com baixos salários, comparados aos homens e realizando diversas tarefas tanto no âmbito do espaço público quanto privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa não tem a pretensão de produzir respostas prontas e acabadas, mas, sobretudo busca provocar uma reflexão e uma nova percepção sobre o tema proposto. Diante disso, algumas considerações tornaram-se relevantes ao final da análise dos dados da pesquisa.

Diante disso, algumas considerações tornaram-se relevantes ao final da análise da temática abordada. De acordo com o Plano Nacional de Política para as Mulheres, 2013-2015 a falta de creches para as crianças de até três anos impacta no nível de ocupação das mães no mercado de trabalho. Realidade que reflete no cotidiano de várias mães universitárias que devido um sistema público ineficiente que não consegue ofertar vagas a contento para a educação infantil.

Devido à fragilidade das políticas públicas voltadas para as mulheres muitas mães trancam o curso superior por não terem com quem deixar seus filhos. Portanto a maternidade é percebida pela sociedade como uma questão individual, embora, necessita ser analisada como uma questão social. A discussão de gênero precisa ser incorporada pela classe e não discutida individualmente como uma demanda só das mulheres.

Com a finalidade de buscar provocar uma reflexão e um debate acerca das relações de gênero foi identificada a necessidade de espaços públicos que pensem na mulher gestante, inclusive na faculdade a inclusão de um espaço para essas mães amamentarem seus filhos. A importância da sensibilização da sociedade e implementação na formulação das políticas públicas de promoção de igualdade de gênero e combate a todas as formas de discriminação. Haja vistas a necessidade de estratégias para ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Observou-se que metade das participantes registra dificuldades em conciliar maternidade, trabalho e a faculdade. De acordo com o depoimento das participantes as mães trabalhadoras são vistas de uma forma negativa pelo empregador quando necessitam se ausentar do trabalho para assistirem seus filhos. Em contraponto com a realidade masculina as mulheres são as maiores responsáveis pelos cuidados dos

filhos tendo que se ausentar do trabalho quando as crianças adoecem ou quando não dispõem de um cuidador. As participantes mencionam em suas narrativas que é mais levada em conta a disponibilidade do homem para o trabalho porque ele não tem a cultura de faltar o serviço quando se trata de alguma demanda relacionada ao cuidado dos filhos.

Grande parte das entrevistadas em suas falas reconhece que seus companheiros dispõem de um orçamento superior ao delas, metade das participantes confirmam estarem no campo de estágio e a outra parcela registram em seus depoimentos que estão no mercado de trabalho e estudando ao mesmo tempo.

Fresneda (2006, p. 44) faz menção a Bruschini (2007) onde ressaltam que a maior parte do diferencial salarial de gênero é explicada pela discriminação (salarial e ocupacional) e não pelas diferenças de produtividade. Isto quer dizer que as diferenças salariais não estão relacionadas ao número de horas trabalhadas, aos setores econômicos nos quais se inserem ao tipo de ocupação ou vínculo que as mulheres têm com o trabalho, às ocupações de forma regulares desempenhadas e nem ao seu nível de escolaridade.

Na atualidade de acordo com as participantes do estudo a manutenção da casa ainda fica sob responsabilidade da mulher. Nos relatos as entrevistadas evidenciam que propõem a divisão sexual das tarefas domésticas, mas, os companheiros anunciam que não gostam de executar tais atribuições e quando fazem não realizam de forma adequada. Metade das participantes aponta que a divisão das tarefas geram conflitos nos lares, quando os cônjuges são solicitados a executem algumas funções no âmbito privado e no cuidado com os filhos.

Algumas participantes da pesquisa informam que orientam seus filhos e dispõem de colaboração dos mesmos na realização das tarefas domésticas e entendem que está associada à criação e a cultura machista destinada às crianças desde cedo. Ressaltam a importância da divisão sexual das tarefas e compreendem que ainda se manifesta como ajuda e auxílio por parte dos maridos, embora, as entrevistadas reconheçam que a igualdade nas relações de gênero só virá a partir de uma nova cultura que precisa ser difundida às novas gerações.

Observa-se que algumas universitárias declaram que um dos impactos ao executar diversas tarefas interferem na relação com os filhos quando as crianças passam a reconhecer as babás como mães e as mães como tias, ou seja, uma inversão de papéis em relação aos pais e aos cuidadores.

Percebe-se que as mães entrevistadas registram sentimentos de frustração em não conseguir desempenhar um papel excelente no trabalho, na faculdade e na criação dos filhos. Relatam pouco tempo destinado as crianças tendo que terceirizar os cuidados dos filhos, alegam estado de esgotamento, utilização de medicamentos controlados, adoecimentos constantes, des controle em determinadas situações e baixo rendimento no trabalho devido a realização de diversas atribuições.

Grande parte das entrevistadas justifica ter adquirido, ao longo do processo acadêmico, novos conhecimentos, maior qualificação e a possibilidade de uma remuneração superior. As acadêmicas evidenciam que o curso de Serviço Social propiciou uma visão mais ampliada da sociedade, consciência política e o reconhecimento das políticas públicas como um direito e não como caridade. As universitárias mencionam que a faculdade teve um papel fundamental para seu fortalecimento no que diz respeito às relações de gênero e no que tange ao empoderamento e a valorização da mulher.

Esta investigação efetivou os objetivos específicos propostos delineados no projeto de pesquisa de estudar as vivências da mulher contemporânea relacionados à divisão sexual do trabalho doméstico, descrever sobre as experiências de mãe, estudante, e trabalhadora da mulher contemporânea e analisar os impactos ao conciliar maternidade e trabalho.

Do mesmo modo, foi confirmada a hipótese proposta de que apesar das mulheres participarem cada vez mais no orçamento doméstico, pouco se progrediu para o tratamento igualitário entre homens e mulheres. As dificuldades envolvidas na conciliação entre maternidade, estudo e trabalho, sobretudo nos primeiros anos de vida dos filhos ainda levam, nos dias de hoje, mulheres a abandonarem ou adiarem suas atividades laborais ou terceirizam os cuidados de seus filhos.

Pretende-se com esse estudo iniciar uma discussão para futuras pesquisas. Portanto, as ideias aqui mencionadas tem a intenção apenas de se construir um instrumento de reflexão para prováveis leitores pesquisadores. Deste modo, a pesquisa não pretende colocar um ponto final na discussão sobre o cotidiano da mulher moderna e seus desdobramentos em conciliar maternidade, estudo e trabalho.

Espera-se, portanto, despertar novos conhecimentos que aprofundem aspectos não esclarecidos nesta pesquisa acerca dos fatores que ainda levam as acadêmicas a cancelarem suas matrículas do curso superior, após o período de licença maternidade. À vista disto, tem-se como sugestão para novos trabalhos a continuidade de estudos acerca desta temática, a fim de gerar um debate acerca da efetivação das políticas públicas destinadas às mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO**. São Paulo, nov. 2008.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R; SILVA, M. A. M. (org) ... *et al.* **O Averso do trabalho I. 2**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARAÚJO, F.V; RIBEIRO. P.E. **Diferenças de Salário por Gênero no Brasil: Uma análise Regional**. 2001. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_11.pdf. >. Acesso em: 4.abril.2016.

ARISTÓTELES. **Política**. Ed. Martin Claret, 2001.

BOF. L. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Programa mulheres mil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>> Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Rede cegonha**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html > Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher>Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. **Lei orgânica de saúde**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres - PNPM 2013 - 2015**. Disponível em:<<http://www.spm.gov.br/sobre/editais/editais-2015/consultoria/editais-de-consultoria>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.smu.ma.gov.br/files/2013/08/lei_maria_da_penha.pdf > Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014 – 2024**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2016.

BRUSCHINI, A.C.M. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

CARLEIAL, L.; MALAGUTI, M. L. Informalidade e precarização no mercado de trabalho brasileiro. In: MANFROI, V. M.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Orgs.). **Política social, trabalho e subjetividade**. Vitória: EDUFES, 2008.

CARLOTO, C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serv. Soc. Rev. Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez.

COELHO, V. P. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. São Paulo, ano 23, n. 71, 2002.

COSTA, A. A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CRUZ, C. A. M. **Sobre o processo de formação da consciência de classe**. In: 4º Encontro Nacional de Política Nacional. Vitória, v. 1. p. 1-15, 2009.
CURIA; L. R. CÉSPEDES; ROCHA; F. D. **Vade mecum compacto**. 14. ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

DAMATTA, R. **A casa e rua: espaço, cidadania e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim Dieese**. Edição especial, mar. 2000. São Paulo: Dieese. Disponível em: <http://afubesp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3285:veja-boletim-especial-dia-internacional-da-mulher-divulgado-pelo-dieese&catid=10:noticias&Itemid=79>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n. 68. 2013. São Paulo. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

DONELLI, S. M. T; BELTRAME, R. G. **Maternidade e carreira: desafios os frente à conciliação de papéis**. Aletheia [online]. 2012, n.38-39, pp. 206-217. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n38-39/n38-39a17.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

DRUCK, G. *et. al.* **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, P. V. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

FONSECA, T. M. G. **Gênero e subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, S. P.. (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

FRANCO, B. P. L. M. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FRESNEDA, B. **Segregação Ocupacional versus Discriminação Salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro - 2004**. 80f. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp005694.pdf>>. Acesso em: 13 mar.2016.

GIUBERTI, C. A; MENEZES FILHO, N. **Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos**. Revista Econ. Aplic., 9(3): 369-383, jul./set., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141380502005000300002>. Acesso em: 6 mar. 2016.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p.20-9, maio/jun. 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3). Disponível em: <http://www.library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2016.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa. v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

IASE, M. **Educação e consciência de classe: desafios estratégicos.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013 h. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/23872>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país.** Disponível em: <<http://www.saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2747&busca=1&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais>>. Acesso em: 14 nov.2015.

_____. **Estatísticas de gênero.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,48,128&ind=4734>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

KNOPP, O. C. L. **O processo de feminização do trabalho e as implicações para saúde da mulher trabalhadora:** análise das pesquisas em Serviço Social. 2014. Juiz de Fora. 140 f. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2014/01/liliane.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

MANGANELLI, A. **A mão invisível no teto de vidro.** 2012. 123 f. (Dissertação de Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia do Desenvolvimento, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada:** os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).

MEULDERS, D. *et. al.* **Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas.** Cadernos de Pesquisa. v. 37, n. 132, p. 611-640, set../dez., 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0637132.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES. F.S; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes. 1993. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios.** RAC. Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MUNIZ, G.C.D. Gênero e partilha desigual: a escolarização de meninas e meninos nas escolas mineiras do século XXI. In: FRANCO, S. P.. (Org.). *et al.* **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

NAVARRO, L.V; PRAZERES, J.T. Reestruturação Produtiva, Precarização e Saúde do Trabalhador na Indústria de Calçados de França (SP). In: SANT'ANA, S.R. (org) ... *et al.* **O Averso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo. Ed. SENAC, 2001.

NOGUEIRA, M.C. Telemarketing: A saúde das teleoperadoras. In: SANT'ANA, S.R. (org) ... *et al.* **O Averso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, R.M.V; MIOTO, C.R. Desafios Atuais do Sistema Único Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In: TEIXEIRA, M. (org). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 1. ed. Editora Cortez, 2006.

NOGUEIRA, M. H. B. **O Universo cor-de-rosa no sistema prisional**: mulheres em privação de liberdade por tráfico de drogas. 2015. 126 f. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Emescam, Vitória, 2015.

OLIVEIRA, R. S. R. **Educação, maternidade e progresso. Uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910**. 173 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000093430&fd=y>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

OLIVEIRA, L; SANTOS, M. M. S. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>> Acesso em: 1 mar. 2016.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, R. C. R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRIORE, D. M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, F. V; RIBEIRO, P. E. **Diferenças salariais por gênero no Brasil**: uma análise regional. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_11.pdf> Acesso em: 6 mar. 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2013.

SANT'ANA, R. S. *et al* (Org.). **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. (16), 2001: pp.137-150. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2016.

SILVA, G. V. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, C. **Curso do direito do Serviço Social**. 7. ed. São Paulo. Cortez, 2014.

SÁVTCHENKO, P. **Que é trabalho**. Edições Progresso: Moscovo, 1987.

SAYÃO, D. T. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot**. Florianópolis: Perspectiva, v. 21, n.01, jan./jun.2003.

SOUZA, D. O; SILVA, S. E. V; SILVA, N. O. **Saúde e sociedade**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública e Associação Paulista de Saúde Publica. v. 22. n. 1., jan./mar., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902013000100006&script=sci_arttext> Acesso: 1 dez. 2015.

SPINDOLA, T. **Mulher, mãe e... trabalhadora de enfermagem**. Rev.Esc. Enf. Usp, v.34, n. 4, p. 354-61, dez. 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v34n4/v34n4a06> >. Acesso em: 7 mar. 2016.

TILLY, L. A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 29-62. Disponível em:<<http://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722/1706> >. Acesso em: 15 mar. 2015.

WAGNER, A. *et. al*. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Revista Psic.: Teor. e Pesq.** Brasília, maio/ago., v. 21, n. 2, pp. 181-186. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

WEBER, MAX. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

VASCONCELOS, C.C.M. Mulheres Preceptoras no Brasil Oitocentista: Gênero, sistema social e educação feminina. In FRANCO, S. P. (Org.)...*et al*. **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data: ____/____/____

Objetivos:

Desvelar as vivências da mulher contemporânea relacionada à divisão do trabalho doméstico.

Descrever sobre as experiências de mãe, estudante e trabalhadora da mulher contemporânea.

Descrever sobre os impactos, ao conciliar maternidade, estudo e trabalho, na vida da mulher contemporânea.

I – Identificação

- 1) Mencionar as iniciais do Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Gênero: _____
- 4) Escolaridade: _____
- 5) Ocupação atual: _____
- 6) Estado civil: _____
- 7) Nº de filhos/ idade: _____
- 8) Ano e período que se inseriu na faculdade: _____

II – Gênero e Trabalho

9) Como a mulher é vista depois da gravidez, em relação ao retorno ao mercado de trabalho e as atividades acadêmicas?

10) Quando seu filho adoece e necessita de cuidados como é a relação com o empregador? Amigável ou conflituosa?

11) Segundo o IBGE as mulheres tem uma contribuição no rendimento familiar de 40,9%. A sua contribuição na renda familiar é equivalente a do seu companheiro?

12) Na instituição em que você trabalha faz diferença em ser homem ou ser mulher para os processos de contratação, promoção ou demissão?

13) No quesito salarial você acredita que homens e mulheres tenham salários diferentes nas mesmas funções?

Se sim, por quê?

III – Divisão do Trabalho Doméstico

- 14) O governo do lar ainda é culturalmente rotulado às mulheres e a participação masculina acaba não sendo equivalente comparada à atuação da mulher. Considerando essas questões como é a divisão das tarefas em sua casa? Quais os maiores desafios?
- 15) Você percebe a divisão sexual do trabalho doméstico como necessária? Para você socialmente como é vista a divisão sexual das tarefas domésticas?
- 16) Considerando que a mulher tem diversas atribuições e responsabilidades. Você como mulher se considera em desvantagem em relação ao homem?
- 17) Em relação às desigualdades de gênero você se percebe como o segundo sexo? Para você socialmente a mulher é vista como segundo sexo?
- 18) Como você percebe a educação de meninas e meninos? Se tiver irmãos como foi sua vivência? Sentiu alguma diferença?

IV – Maternidade e Educação dos filhos

- 19) Como foi a decisão de ter um filho? (Como foram à gravidez, dificuldades, facilidades e mudanças).
- 20) Quando e como foi o seu retorno ao trabalho? Com quem a criança ficou?
- 21) Antes as tarefas de educação e instrução dos filhos pertenciam às mulheres. Considerando que a partir do século XIX passou a ser tarefa das instituições de ensino, qual a parcela da mulher/ pais na educação dos filhos na atualidade?
- 22) Para você o que seria terceirização do cuidado de uma criança?
- 23) Quanto tempo você passa com seu filho? Você considera como um tempo suficiente? Justifique?
- 24) Que tipo de comportamento você “educa” ou orienta seus filhos que considera diferente do que teve de seus pais?
- 25) Quais são os impactos ao conciliar maternidade, estudo e trabalho na sua vida? Você consegue atingir seus objetivos ou se vê frustrada?

V - Profissionalização

- 26) Para você o que significa ter uma profissão?
- 27) O que significa ter autonomia financeira?
- 28) Porque você escolheu a graduação de Serviço Social e a instituição de ensino?
- 29) Você pretende continuar com os estudos (MBA/ Mestrado)? Por quê?
- 30) Seu companheiro te incentivou a voltar ou prosseguir aos estudos?
- 31) Existe alguma coisa que queira falar que não foi contemplado nas perguntas?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA ONLINE

- 1) O que te levou a cancelar a matrícula no curso superior, nesta faculdade, assim que o seu filho nasceu?
- 2) Quais os desafios de ser mãe, universitária e trabalhadora?
- 3) Você tem pretensão de retornar aos estudos?
- 4) Seu companheiro ou familiares te incentivam ao retorno da faculdade?
- 5) Como a mulher é vista depois da gravidez, em relação ao retorno ao mercado de trabalho e as atividades acadêmicas?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE EXCLARECIDO - TCLE

Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada Gênero, Estudo e Trabalho: Dilemas da Mulher Contemporânea. O objetivo geral é desvelar as experiências da mulher contemporânea no universo da maternidade, estudo e trabalho e como objetivos específicos: desvelar as vivências da mulher contemporânea relacionada à divisão do trabalho doméstico; descrever sobre as experiências de mãe, estudante e trabalhadora da mulher contemporânea; descrever sobre os impactos, ao conciliar maternidade, estudo e trabalho, na vida da mulher contemporânea. A metodologia consiste em: uma pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e empírica, na qual será utilizada entrevista semiestruturada com a utilização do método de análise de conteúdo. Nesse sentido estou solicitando sua colaboração para responder a entrevista que viabilizará o estudo. Essa pesquisa oferece risco mínimo que será amenizado diante do sigilo absoluto em relação à sua identidade. Este formulário terá apenas um código alfanumérico sequencial, para fins de análise das informações recebidas, e os dados coletados na pesquisa serão mantidos em arquivo sob exclusiva guarda da pesquisadora pelo período de 5 (cinco) anos. Outrossim, se sentir necessidade, você poderá solicitar esclarecimentos à orientadora, pesquisadora responsável, Prof^a. Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva e à mestranda pesquisadora Rayany Mathias da Silva. O telefone para contato no mestrado é 33343543 e os e-mail são: angela.silva@Emescam.br; rayanymathias@hotmail.com ou caso desejar, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Emescam, situado no prédio central da instituição, na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2190, Vitória – ES, sob a garantia de anonimato da sua identidade, por meio do telefone (27) 3334-3586 ou e-mail comite.etica@Emescam.br. O horário de funcionamento do CEP é de 07 h as 17 h, de segunda a sexta-feira. Você também poderá se recusar a responder alguma pergunta bem como interromper sua participação no estudo a qualquer momento, sem ônus de qualquer natureza. Asseguro que o que for dito será respeitosamente utilizado. Desde já agradeço a sua atenção e colaboração.

Rayany Mathias da Silva

(Entrevistadora e Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - Emescam) – RG:
2.209.045 - ES

E-mail: rayanymathias@hotmail.com Tel. de contato: (27) 9- 9739-1389

AUTORIZAÇÃO:

Eu, _____, documento de identidade nº _____, aceito participar e autorizo o uso das informações coletadas através de entrevistas, para fins exclusivos do desenvolvimento do estudo acima referido. Afirmo ter recebido e compreendido todas as informações sobre a pesquisa.

Assinatura do participante Vitória,dede 2015.

ANEXO



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Experiências da Mulher Contemporânea: Maternidade, Estudo e Trabalho.		2. Número de Participantes da Pesquisa: 6	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Rayany Mathias da Silva			
6. CPF: 122.595.637-40		7. Endereço (Rua, n.º): MARIA ELZA DA CONCEICAO DOS SANTOS,31 NOVA PALESTINA VITORIA ESPIRITO SANTO 29032417	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (27) 9739-1389	10. Outro Telefone:	11. Email: rayanymathias@hotmail.com
12. Cargo:			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. Data: _____ / _____ / _____ Assinatura _____			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM		14. CNPJ: 28.141.190/0004-29	15. Unidade/Órgão:
16. Telefone: 273334.3586		17. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Responsável: _____ CPF: _____ Cargo/Função: _____ Data: _____ / _____ / _____ Assinatura _____			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			